



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO SUL – IFRS
ROBERTA MÜLLER

ESTRATÉGIAS DOCENTES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM ESCOLAS
PÚBLICAS DO VALE DO CAÍ

FELIZ
2025

ROBERTA MÜLLER
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS –
PORTUGUÊS/INGLÊS

ESTRATÉGIAS DOCENTES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM ESCOLAS
PÚBLICAS DO VALE DO CAÍ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como requisito parcial à aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2).

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Tatiane Kaspari

FELIZ
2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A LUTA POR DIREITOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS SURDOS.....	8
2.1 Luta pelos direitos.....	8
2.2 Professores e a Educação Inclusiva.....	12
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA DEFICIÊNTES AUDITIVOS NO VALE DO CAÍ: UM ESTUDO DE CASOS.....	15
3.1 Cuidados éticos.....	16
3.2 Instrumentos de Coleta de Dados.....	16
3.3 Panorama do atendimento escolar a deficientes auditivos na região do Vale do Caí: alguns apontamentos.....	18
3.4 Percepções docentes: análise das entrevistas.....	21
3.4.1 Formação docente e preparo para Inclusão.....	22
3.4.2 Apoio Institucional e recursos disponíveis.....	24
3.4.3 Estratégias pedagógicas.....	25
3.4.4 Desafios no Ensino de Língua Portuguesa.....	27
3.4.5 Percepções sobre a aprendizagem bilíngue e Inclusão.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
5. REFERÊNCIAS.....	34
6. APÊNDICES.....	39

RESUMO

A Educação Inclusiva a todos os estudantes está prevista em políticas públicas do Brasil - como a Constituição Federal (1988), a LDB (Lei nº 9.394/1996), o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) - porém, a realidade das escolas ainda revela desafios significativos na prática desses direitos, especialmente no ensino de Língua Portuguesa a estudantes com deficiência auditiva. Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga as estratégias pedagógicas adotadas por docentes que atuam na rede pública do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, no ensino de Língua Portuguesa a estudantes surdos. A pesquisa é de abordagem qualitativa e utiliza o estudo de caso como método. Os instrumentos de coleta foram aplicados às Secretarias de Educação do Vale do Caí, Instituto Federal e Secretária da Educação do Rio Grande do Sul (2º CRE) e entrevistas semiestruturadas com professoras da rede pública. O referencial teórico se baseia em autores como Vygotsky (1998), Gesser (2006) e nas legislações brasileiras que abordam a deficiência auditiva e se voltam à educação inclusiva. A análise dos dados coletados revelou que há importantes iniciativas para promover o aprendizado dos estudantes surdos, incluindo a educação bilíngue - Libras e Português. As práticas inclusivas observadas demonstram esforço individual dos professores, como a busca espontânea para aprender a Libras, uso de recursos visuais, jogos lúdicos, adaptação de conteúdos e mediação por intérpretes. Todavia, ainda existem lacunas na formação docente em Libras e na oferta de recursos didáticos acessíveis. Conclui-se que a inclusão plena de estudantes com deficiência auditiva exige investimentos contínuos em formação, infraestrutura e uma mudança de perspectiva que vá além da legislação, colocando em prática o direito à educação inclusiva como prática efetiva e cotidiana, além do fortalecimento da parceria entre escola, família e comunidade.

Palavras-chave: Deficiência auditiva, Estratégias Pedagógicas, Ensino de Língua Portuguesa, Libras, Educação Básica.

ABSTRACT

Inclusive education for all students is provided for in public policies in Brazil - such as the Federal Constitution (1988), the LDB (Law No. 9,394/1996), Decree No. 5,626/2005 and the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015) - however, the reality of schools still reveals significant challenges in the practice of these rights, especially in teaching Portuguese to students with hearing impairments. This Final Course Work investigates the pedagogical strategies adopted by teachers who work in the public school system of Vale do Caí, in Rio Grande do Sul, in teaching Portuguese to deaf students. The research has a qualitative approach and uses the case study as a method. The collection instruments were applied to the Education Departments of Vale do Caí, the Federal Institute and the Education Department of Rio Grande do Sul (2nd CRE) and semi-structured interviews with teachers from the public school system. The theoretical framework is based on authors such as Vygotsky (1998), Gesser (2006) and Brazilian legislation that addresses hearing impairment and focuses on inclusive education. Analysis of the data collected revealed that there are important initiatives to promote learning for deaf students, including bilingual education - Libras and Portuguese. The inclusive practices observed demonstrate individual efforts by teachers, such as spontaneous efforts to learn Libras, use of visual resources, playful games, adaptation of content and mediation by interpreters. However, there are still gaps in teacher training in Libras and in the provision of accessible teaching resources. It is concluded that the full inclusion of students with hearing impairment requires continuous investment in training, infrastructure and a change of perspective that goes beyond legislation, putting into practice the right to inclusive education as an effective and everyday practice, in addition to strengthening the partnership between school, family and community.

Keywords: Hearing impairment, Pedagogical Strategies, Teaching Portuguese, Libras, Basic Education.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um assunto cada vez mais recorrente em debates educacionais, e o atendimento de estudantes com deficiência auditiva também deveria ser. A escolha deste tema para o desenvolvimento desse trabalho surgiu da necessidade de compreender como ocorre, na prática, o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos com foco na disciplina de Língua Portuguesa, tendo em vista que a ausência de formação específica dos docentes ainda representa um dos maiores desafios no contexto escolar. Considerando a relevância da Libras como primeira língua para os surdos, torna-se fundamental refletir sobre o papel do professor e as estratégias adotadas no ambiente escolar.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar quais estratégias e práticas pedagógicas são utilizadas por professores da disciplina de Língua Portuguesa no atendimento a estudantes surdos compreendendo, a fim de mitigar os principais desafios enfrentados no desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva.

Para isso, elencam-se como objetivos específicos: compreender como o direito à educação inclusiva para deficientes auditivos está representada nas normativas legais brasileiras; identificar estratégias e recursos didáticos utilizados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem; analisar a formação dos professores no que diz respeito a deficientes auditivos; compreender as percepções dos profissionais sobre os desafios e possibilidades da inclusão de alunos com deficiência auditiva; e verificar o apoio institucional nas práticas inclusivas nas escolas investigadas.

A metodologia adotada na pesquisa é de caráter qualitativo, utilizando o estudo de caso como principal estratégia de investigação. Foram aplicados questionários a Secretarias Municipais de Educação, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Secretária da Educação do Rio Grande do Sul e realizadas entrevistas com docentes que atuam diretamente com estudantes surdos nas escolas públicas do Vale do Caí. Essa abordagem permite compreender a realidade de forma mais aprofundada, valorizando as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos no processo.

A pesquisa foi norteadada pela seguinte questão: Como os professores de Língua Portuguesa desenvolvem práticas pedagógicas inclusivas para estudantes surdos, diante de desafios como a falta de formação específica e/ou o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais?

Este trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro apresenta um panorama teórico sobre a luta da comunidade surda pelos seus direitos, destacando os avanços legislativos, históricos e culturais que garantem a acessibilidade e a inclusão social das pessoas surdas no Brasil. aborda a luta no campo da educação, trazendo reflexões sobre os conceitos de educação inclusiva, bilinguismo, a importância da formação docente e os principais desafios enfrentados na efetivação da inclusão de alunos com deficiência auditiva. O segundo capítulo expõe a análise dos dados coletados por meio de questionários enviados às Secretarias de Educação do Vale do Caí e das entrevistas com professores de Língua Portuguesa, buscando compreender, a partir dos relatos dos docentes, as estratégias, as práticas adotadas e os desafios encontrados no ensino de Língua Portuguesa a estudantes com deficiência auditiva.

A análise dos dados coletados revelou que há importantes iniciativas para promover o aprendizado dos estudantes surdos, incluindo a educação bilíngue - Libras e Português. As práticas inclusivas observadas demonstram esforço individual dos professores, como a busca espontânea para aprender a Libras, uso de recursos visuais, jogos lúdicos, adaptação de conteúdos e mediação por intérpretes. Todavia, ainda existem lacunas na formação docente em Libras e na oferta de recursos didáticos acessíveis.

O tema escolhido possui grande relevância para o curso de Letras, visto que o domínio da linguagem, em suas diferentes formas, sendo ela oral, escrita e/ou sinalizada, é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem e para a Educação. Além disso, a pesquisa possibilita uma reflexão sobre a formação dos futuros profissionais da área, destacando a importância do conhecimento da Libras e das práticas pedagógicas inclusivas. Espera-se que este estudo possa servir como incentivo para outras pesquisas e reflexões, além de colaborar para o fortalecimento de práticas mais acessíveis, humanas e inclusivas no contexto escolar.

2. A LUTA POR DIREITOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS SURDOS

2.1 Luta pelos direitos

Ao longo da história, pessoas com deficiência foram consideradas como incapazes de participar da sociedade, e tratadas como indiferentes, muitas submetidas ao abandono, discriminação, exploração, extinção e negação de direitos. Ao longo dos séculos, a comunidade diversas vezes marginalizou e incompreendeu as pessoas surdas, resultando em barreiras na comunicação, educação e participação social.

A comunicação gestual era utilizada pela comunidade surda, mas não reconhecida como língua, o que só ocorreu de fato em 1960 através de estudos do linguista William Stokoe. No entanto, avanços significativos começaram a ocorrer já a partir do século XVI, quando nomes como Pedro Ponce de León e Charles-Michel de l'Épée fizeram história com pioneiros que desenvolveram métodos de ensino baseados em sinais, reconhecendo a língua de sinais como um meio de comunicação legítimo.

O século XX foi marcado por avanços tecnológicos, voltados à melhoria da qualidade de vida de deficientes auditivos, como aparelhos auditivos e implantes cocleares, e pelo reconhecimento da língua de sinais como língua oficial em diversos países. No século XXI, a inclusão de pessoas surdas na sociedade foi ficando cada vez mais visível, por leis e políticas de acessibilidade, que têm promovido a valorização da diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

É importante reconhecer que preconceitos com as pessoas surdas se iniciam na ausência de conhecimento sobre o tema. Audrei Gesser aborda em seu livro falas de professores surdos que ministram aulas para estudantes ouvintes no curso de Libras:

Essa história de dizer que surdo não fala, que é mudo, está errada. Eu sou contra o termo surdo-mudo e deficiente auditivo porque tem preconceito... Vocês sabem quem inventou o termo deficiente auditivo? Os médicos! Eu não estou aqui só para vocês aprenderem a LIBRAS, eu estou aqui também para explicar como é a vida do surdo, da cultura, da nossa identidade... (professora surda, 2002). O termo surdo-mudo não é correto porque o surdo tem aparelho fonador, e se for treinado ele pode falar. Eu sou surdo, fui oralizado e não ouço nada, mas a minha língua é a de sinais... (professor surdo, 2003).

Pensar, portanto, nos termos e conceitos é de suma importância, uma vez que eles têm implicações cruciais para a vida dos surdos (Gesser, 2006, 2008). De acordo com a Lei nº10.098/2000, todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência têm o direito à acessibilidade em qualquer área, tanto no esporte (Lei Nº 14.597/2023), saúde (Decreto nº 5.626/2015 Art. 25) e educação (PNEEPEI). Para o diagnóstico da deficiência auditiva, o 4º Decreto Federal 3.298/1999, estipula que a perda a partir de quarenta e um decibéis (41dB) ou mais configura deficiência, podendo haver diagnóstico de perda auditiva bilateral (nos dois ouvidos) parcial ou total.

A Lei nº11.796, de 29 de outubro de 2008, instituiu o Dia Nacional do Surdos. A data escolhida para essa comemoração é 26 de setembro, em referência à fundação da primeira escola de surdos no Brasil, a Instituição Nacional da Educação de Surdos (INES). Uma cor também foi estipulada, a cor azul. Ela é considerada o “orgulho surdo”, reelaborando seu significado durante a Segunda Guerra Mundial, quando uma criança e/ou pessoa diagnosticada com surdez recebia uma fita da cor azul no braço, indicando essa condição e, posteriormente, era assassinada pelo nazismo alemão.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão, representa um marco na luta da comunidade surda por direitos linguísticos e inclusão social no Brasil. Essa lei, juntamente com o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 12.319/2010, fortaleceu o arcabouço legal, assegurando direitos à informação, comunicação, educação e reconhecimento profissional para tradutores e intérpretes de Libras. Adicionalmente, a Lei nº 13.146/2015 e o Decreto nº 5.626/2015, em seu artigo 25, garantem direitos mais amplos às pessoas com deficiência, incluindo atendimento especializado no SUS por profissionais capacitados em Libras, consolidando avanços cruciais para a comunidade surda. Na área da saúde, o Decreto nº 5.626/2015 do artigo 25 sanciona o

IX - Atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação. (Decreto nº 5.626/2015 Art. 25).

O decreto em questão destaca que o atendimento à pessoa com deficiência auditiva deve ocorrer em Libras, com algum profissional capacitado para isso, ou com o apoio de um intérprete durante o atendimento com o profissional da saúde. Esse

acompanhamento deve ocorrer não somente no Sistema Único de Saúde (SUS), mas, também, se estende às empresas privadas que prestam serviços de saúde, assim como hospitais e clínicas.

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH), sonho e facilitador para muitas pessoas, também deve ser acessível a pessoas com deficiência auditiva com auxílio de materiais adaptados e profissionais que saibam interagir a partir de Libras. O site do Detran descreve que os “Candidatos surdos ou com deficiência auditiva podem se candidatar à obtenção da primeira habilitação nas categorias A e B, e da Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC)”. Seguem, após, instruções e regramentos, explicando todo o processo para tirar a CNH, desde os atendimentos e exames até as aulas e provas. A Lei 9.503, de 1997, é a que garante esse direito. Em 2023, ela gerou alteração no Código de Trânsito Brasileiro, que passou a permitir que pessoas surdas ou com deficiência auditiva se habilitem não só nas categorias A e B, como o site do Detran informa, mas inclusive nas categorias C, D e E.

No campo dos esportes, as pessoas surdas não participam de jogos Paraolímpicos, o maior evento esportivo dedicado para atletas com deficiência do mundo inteiro. A ideia dos Jogos Paraolímpicos é voltada para que haja visibilidade e participação ativa de pessoas com deficiência, como deficiências físicas, visuais e mentais. As pessoas surdas não integram os jogos, pois isso não as impede de forma tão agravante como a perda de um membro, de acordo com o site da Sortira Paris (on-line 2024): “A surdez é considerada um obstáculo menor à prática do desporto do que a perda de um membro ou a cegueira.”

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social de todo cidadão. A Legislação Brasileira, conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, garante que pessoas com deficiência auditiva tenham atendimento necessário e material adaptado para seu desenvolvimento e construção de conhecimento.

De acordo com o senador Paulo Paim, cerca de 46 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo “Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão” (2015), que abrange diversas áreas como educação, saúde, habilitação e reabilitação, trabalho, turismo, esporte e lazer. A lei também estabelece medidas importantes, como atendimento prioritário em situações de urgência, pontos de parada acessíveis, acessibilidade no transporte e segurança no embarque e desembarque, entre outras. No entanto, na prática, as pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios diários para que esses direitos sejam efetivamente garantidos.

A Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, no Art. 28, aponta a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita de Língua Portuguesa como segunda língua”, entendendo que a primeira língua da pessoa com deficiência auditiva é a Libras e não a Língua Portuguesa, como os ouvintes. Outros pontos também são apresentados na lei, assim como a adoção de medidas individualizadas a partir de um estudo de caso.

A PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – é uma política brasileira que foi divulgada no Brasil em 2008 que veio para garantir o direito à educação para alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento para escolas regulares, garantindo, quando necessário, o apoio de serviços especializados. Ela determina que todos os estudantes com necessidades educacionais especiais podem e devem ser matriculados em escolas regulares, sendo dever da escola oferecer condições necessárias a esses estudantes buscando a frequência nas aulas e bom desempenho dentro da instituição.

Orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: • Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; • Atendimento educacional especializado; • Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; • Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; • Participação da família e da comunidade; • Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e • Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC/SEESP, 2015).

Em 2023, o governo federal introduziu o Plano de Afirmação e Fortalecimento da PNEEPEI com o objetivo a ampliação no acesso, na qualidade e permanência dos estudantes dentro das escolas. Esse programa propõe investimentos na formação de professores, infraestrutura, transporte, tecnologia assistiva, entre outros recursos.

Alguns Programas Federais, como a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (RNPDTA) e o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), incentivam a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia assistiva, sendo que, na área da Educação, tem-se buscado novos métodos e técnicas pedagógicas, como materiais didáticos, equipamentos e recursos de acessibilidade que possam auxiliar na garantia de direitos e igualdade de condições dentro do ambiente escolar.

Em 2015, foi publicada a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida por Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que garante a educação

inclusiva em todos os níveis, promovendo o desenvolvimento máximo das capacidades dos estudantes com deficiência e atribuindo a responsabilidade ao Estado, à família, à comunidade escolar e à sociedade, a fim de garantir uma educação de qualidade, protegendo os discentes contra violência, negligência e discriminação. Portanto, a luta pelos direitos dos surdos deve continuar dia após dia, garantindo a Inclusão, o respeito e direito de todos.

2.2 O professor e a Educação Inclusiva.

A educação inclusiva e a educação especial são conceitos importantes dentro do contexto educacional no campo da inclusão de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Ambas, por mais que parecidas, apresentam diferenças. A educação Inclusiva busca integrar todos os alunos em ambiente regular de ensino, independentemente de sua condição, com o objetivo de proporcionar uma educação equitativa a todos. Esse modelo de atendimento tem como premissa o princípio da igualdade de direitos, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), visa a eliminar barreiras e a promover a convivência entre alunos com e sem deficiência, adaptando o currículo, os materiais didáticos e a metodologia de ensino para atender às necessidades de todos os estudantes. A educação especial, por sua vez, faz o atendimento com alunos que apresentam necessidades educacionais específicas de forma separada ou especializada, focando em promover um auxílio personalizado conforme a demanda dos estudantes.

A inclusão de alunos surdos em escolas regulares é um tema complexo, mas que conta com o respaldo de diversas legislações que buscam garantir o acesso à educação de qualidade para esse público. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) asseguram direitos fundamentais, como a adaptação de métodos de ensino, a flexibilização na correção de avaliações e a oferta de materiais específicos, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, essas leis promovem a formação continuada de professores para atender às necessidades dos alunos surdos e incentivam a criação de um ambiente escolar mais acessível. Embora a inclusão em escolas regulares seja uma diretriz importante, ainda existem escolas especiais que atendem alunos surdos de maneira mais personalizada, oferecendo recursos e

métodos de ensino adaptados, o que contribui para um aprendizado mais eficaz, especialmente para aqueles que necessitam de abordagens mais específicas.

Não se pode discordar da importância do professor em sala de aula, muitas vezes, é um espelho e inspiração para seus estudantes. Conforme Lev Vygotsky (1998), em sua teoria da mediação, o professor atua como mediador no processo de ensino e aprendizagem. Com as diversas complexibilidades e falta de conexão no cenário atual, o papel do docente se torna ainda mais desafiador, o constante processo de formação, a busca e adaptações a novas ferramentas é o resultado para atender às demandas e necessidades dos alunos no ambiente escolar.

Diante das demandas de melhoria na formação dos futuros profissionais da educação e de viabilizar atendimento direto aos alunos com deficiência auditiva, foi determinado através do Decreto nº 5.626/2005, que todos os estudantes de licenciatura deverão ter acesso a Libras a partir da grade curricular do seu curso. A disciplina de Libras no currículo escolar, tanto para estudantes de ensino básico como para o ensino superior, é de suma importância a fim de que haja trocas entre os discentes e docentes, já que a Língua Brasileira de Sinais é utilizada por aproximadamente 10 milhões de pessoas, sendo que 2,7 milhões não ouvem. Em porcentagem, tem-se 5% da população brasileira utilizando e necessitando dessa Língua, segundo dados do IBGE (2021). Na licenciatura, é fundamental esse conhecimento, não apenas uma disciplina, mas algo que possa ser mais trabalhado para que ocorra com familiaridade a comunicação com futuros alunos surdos e estimular para a aprendizagem dos outros estudantes.

O ambiente escolar, para muitos alunos, é desafiador, tendo como um dos seus principais obstáculos a falta de acessibilidade comunicacional. Infelizmente muitas escolas não estão aptas para receberem alunos com deficiência, de uma forma geral. A ausência de intérpretes e docentes que tenham domínio na Libras é realidade em grande parte das escolas brasileiras e com essa falta o aluno pode apresentar dificuldades na aprendizagem e comunicação. Dados do Censo Escolar de 2019 apresentam que apenas 15,6% das escolas públicas e 9,4% das escolas privadas oferecem ensino de Libras, revelando a escassez de profissionais qualificados para atender a essa demanda. Essa carência de intérpretes retrata consequências significativas no aprendizado e comunicação dos alunos surdos nos ambientes escolares.

Dessa forma, a qualidade da educação inclusiva prevista na legislação frequentemente não se concretiza na prática escolar. Infelizmente a realidade de muitas escolas mostram que ainda existem desafios a serem superados para que a inclusão dos alunos surdos seja efetiva e garanta a eles o direito a uma educação de qualidade.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA DEFICIENTES AUDITIVOS NO VALE DO CAÍ: UM ESTUDO DE CASO

Diante da inclusão de estudantes com deficiência auditiva nas escolas regulares e da exigência de adaptação por parte dos docentes, esse trabalho propõe o questionamento: “Como professores da Educação Básica desenvolvem práticas pedagógicas inclusivas para estudantes surdos, diante de desafios como a falta de formação específica e/ou a falta de proficiência em Libras?”. A pesquisa tem como foco o contexto das escolas públicas do Vale do Caí, região em que a pesquisadora pretende atuar profissionalmente.

Este trabalho surge da necessidade de compreender como ocorre a comunicação e a mediação pedagógica entre professores de Língua Portuguesa e estudantes com deficiência auditiva, independentemente de possuírem conhecimento em Libras. A partir disso, iniciaram-se leituras e investigações. O objetivo da pesquisa é discutir a realidade e a experiência dos professores no atendimento a esses estudantes, que, na maioria das vezes, utilizam a Língua Brasileira de Sinais como principal meio de comunicação.

A partir dessa proposta, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre leis, decretos e as características da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que contribuem para uma vida mais digna e justa às pessoas com deficiência auditiva. Também foram incluídas obras que abordam o trabalho docente em sala de aula, destacando o papel fundamental do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem, conforme defendido por Vygotsky (1998).

Com o intuito de compreender os desafios e as estratégias utilizadas pelos docentes no ensino de Língua Portuguesa a estudantes com deficiência auditiva, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas públicas do Vale do Rio Caí, foram definidos os caminhos metodológicos que norteariam a investigação. O objetivo busca evidenciar como se dá esse atendimento e quais práticas vêm sendo desenvolvidas nesse contexto.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Por meio da coleta de dados, busca-se compreender e expor uma realidade específica vivenciada por professores de Língua Portuguesa no atendimento a alunos surdos na região do Vale do Caí. Nesse sentido, adota-se o estudo de caso como estratégia metodológica,

conforme discutido por autores como Manuel Meirinhos e António Osório (2016), que exploram essa abordagem como ferramenta rica para a investigação em educação. Os autores destacam as especificidades e desafios do estudo de caso, dialogando com referências importantes como Yin e Stake (1999).

Segundo Stake (1999), mesmo ao focar um caso particular, é possível extrair conhecimentos com potencial de generalização, conforme aponta o autor em um de seus trechos mais destacados:

(...) dos casos particulares, as pessoas, podem aprender muitas coisas que são gerais. Fazem-no, em parte, porque estão familiarizadas com outros casos, aos quais acrescentam o novo e, assim, formam um conjunto que permite a generalização, uma oportunidade nova de poder modificar antigas generalizações (Stake, 1999, p. 78).

Dessa forma, o delineamento deste trabalho volta-se à utilização do estudo de caso, reconhecido como uma estratégia eficaz para aprofundar o conhecimento sobre um fenômeno específico.

3.1 Cuidados Éticos

Antes de iniciarem as entrevistas foi apresentado o documento de Termo de Consentimento livre, no qual conta que a pesquisa respeitou os princípios éticos exigidos para estudos com seres humanos. As professoras participantes foram informadas previamente sobre os objetivos do trabalho, os procedimentos de coleta de dados e seus direitos enquanto colaboradores da pesquisa. A participação foi voluntária e baseada no consentimento livre e esclarecido, assegurando o direito à recusa ou retirada a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos docentes, com duração aproximada de uma hora, e gravadas apenas para fins de análise, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações. Em caso de desconforto ou constrangimento durante a entrevista, os participantes foram orientados a procurar o setor de psicologia da Assistência Estudantil do IFRS – Campus Feliz, sendo oferecido o suporte necessário. Acredita-se que a contribuição dos participantes possa beneficiar a formação docente, ao permitir que outros professores conheçam estratégias eficazes para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva.

3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de questionário (apêndice 3), destinado às gestões municipais, estadual e federal da região do Vale do Caí, a fim de construir um panorama do atendimento escolar a deficientes auditivos, e de entrevista (apêndice 5) com professores das redes, com o objetivo de compreender as estratégias e desafios diários no ensino de Língua Portuguesa a esses estudantes.

Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e seus direitos, garantindo a todos o anonimato e confidencialidade. Antes de se iniciar qualquer coleta de dados, foi apresentada uma carta de apresentação (apêndice 1), assinada pela professora orientadora e estudante do presente trabalho, na qual está descrita e esclarecida a natureza da pesquisa. Também foi inserido um termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice 2) ao questionário, e que foi assinado pelos respondentes responsáveis pelas secretarias da educação, e um termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado aos docentes envolvidos (apêndice 5).

O questionário é um instrumento de coleta de dados com perguntas selecionadas e enviadas, por e-mail (geralmente) no qual não é necessário a presença do entrevistador.

Neste viés, tem-se também a entrevista, que, como o questionário, é um método de pesquisa, porém demanda o encontro entre as duas pessoas com a finalidade de, além da coleta de dados, ajudar no diagnóstico do problema social. De acordo com Queiroz (1987), a construção do roteiro de entrevistas parte da definição de núcleos de interesse que estão diretamente ligados a pressupostos teóricos do pesquisador e aos contatos prévios com a realidade investigada.

Trata-se de definir núcleos de interesse do pesquisador, que têm vinculação direta aos seus pressupostos teóricos (abordagem conceitual) e contatos prévios com a realidade sob estudo; ou seja, existe uma direção, ainda que não de forma totalmente declarada, para o conteúdo que vai ser obtido nas entrevistas (Queiroz, 1987 *apud* Alvez; Silva, 1992, p. 63).

Os métodos foram trabalhados de formas distintas e quando necessárias suas utilizações. O contato com secretarias da educação foi feito por telefone, via whatsapp e e-mail. Foram contatados municípios que compõem o Vale do Caí.

Cabe destacar o cuidado com os princípios éticos adotando o Termo de Consentimento livre. A participação foi voluntária e baseada no consentimento livre e esclarecido, assegurando o direito à recusa ou retirada a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos

docentes, com duração aproximada de uma hora, e gravadas apenas para fins de análise, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações. Em caso de desconforto ou constrangimento durante a entrevista, os participantes foram orientados a procurar o setor de psicologia da Assistência Estudantil do IFRS – Campus Feliz, sendo oferecido o suporte necessário.

3.3 Panorama do atendimento escolar a deficientes auditivos na região do Vale do Caí: alguns apontamentos

A região do Vale do Caí, situada no estado do Rio Grande do Sul, é composta por 19 municípios e abriga uma população aproximada de 183 mil habitantes, conforme dados apresentados pelo Corede Vale do Caí (2015). Entre eles, onze possuem uma população rural maior que a urbana. A região é caracterizada por uma diversidade econômica e cultural, com forte influência da colonização alemã e presença significativa de pequenas e médias empresas, especialmente nos setores industrial, agrícola e de serviços. Do ponto de vista educacional, o Vale do Caí apresenta uma rede composta por escolas municipais e estaduais.

A opção pela região do Vale do Caí vincula-se ao campo de atuação profissional da pesquisadora, com o objetivo de compreender a realidade das escolas no atendimento a estudantes surdos, bem como a formação dos professores para atuar nesse contexto. A intenção é conhecer de forma mais profunda o cenário educacional no qual, em um futuro próximo, tanto a pesquisadora como grande parte dos egressos do curso de Licenciatura em Letras do IFRS - Campus Feliz estarão inseridos profissionalmente.

A pesquisa foi realizada com secretarias da educação e professores. Na primeira fase, a investigação com as Secretarias de Educação foi feita por meio de envio de questionário no google forms (apêndice 3), com contato prévio da pesquisadora, no intuito de saber a realidade dentro da área da educação e mapear se há estudantes com deficiência auditiva nas escolas do município. Em havendo resposta positiva, questionou-se se ocorre um investimento, que parte da secretaria, na formação de docentes para o atendimento com alunos não ouvintes, além da disponibilidade de recursos e materiais didáticos adaptados e acessíveis ao estudante. Houve, ainda, a indagação sobre a formação dos profissionais na área de

Libras e a presença de apoio especializado a esse docente, como intérprete e/ou profissional da área de AEE (Atendimento Educacional Especializado) nas escolas.

Para identificar a presença de estudantes com deficiência auditiva nas redes públicas de ensino, o questionário foi endereçado às secretarias das redes municipais do Vale com Caí; à 2ª CRE na rede estadual (apêndice 3) e ao NAPNE no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Feliz.

A partir do formulário enviado às gestões de ensino públicas, obteve-se o retorno de apenas 3 secretarias municipais, doravante nomeadas por A, B e C, e do NAPNE, representando a rede federal.

A secretaria A informou que há uma aluna que iniciou a alfabetização em libras este ano e outros dois estudantes que utilizam aparelho auditivo e fazem o uso da linguagem formal. No que diz respeito aos avanços na educação inclusiva, é destacado que

Este ano estamos com o primeiro caso de criança que necessita de alfabetização em libras, com a contratação da intérprete pretendemos realizar projetos para incluir os colegas, professora, monitor e família. (Questionário A, Google forms, 2025)

Sobre os principais desafios enfrentados no atendimento às pessoas com deficiência auditiva, o(a) gestor(a) destaca que, em uma sociedade ouvinte que não faz o uso da Língua de Sinais, a comunicação fica limitada.

Em resposta, a secretaria B apresentou o número de estudantes por níveis: Educação Infantil conta com 288 alunos; Ensino Fundamental, com 524, e Ensino Médio, com 99 estudantes, sem informar se há ou não algum discente surdo, de forma explícita. Entretanto, destaca que existem duas escolas com sala de recursos no município e que alguns professores possuem curso de Libras. Sobre os avanços, a secretaria acredita que as faculdades estão mais voltadas à inclusão, incluindo a disciplina de Libras em sua grade curricular, mas ressalta que o município está “engatinhando” sobre o assunto. As principais dificuldades apresentadas são no que diz respeito à “capacitação de profissionais e políticas públicas voltadas para a Educação Especial como um todo” (Questionário B, Google Forms, 2025).

Uma informação importante pode ser notada quando, no decorrer das respostas, a secretaria faz a seguinte afirmação: "os profissionais buscavam por conta própria se atualizarem para facilitar a vida da aluna". Esse fato revela tanto um ponto positivo quanto uma fragilidade do sistema educacional. Por um lado, evidencia o comprometimento e a iniciativa dos docentes em buscar formação continuada,

demonstrando sensibilidade às necessidades da estudante surda. Por outro lado, essa resposta expõe uma lacuna preocupante na formação e no suporte oferecido pelas redes de ensino, que deveriam garantir capacitação contínua e estruturada para o atendimento inclusivo.

Por fim, obteve-se o retorno da secretaria da educação do município C, que conta com, mais ou menos, 500 estudantes na rede, da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, e não apresenta, no momento, discente surdo. Sobre os avanços conquistados e principais dificuldades no atendimento a estudantes com deficiência auditiva, o(a) gestor(a) menciona que o município “não se enquadra”. No que diz respeito à formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência auditiva, é registrada a seguinte resposta: "Não oferecemos formação com essa temática por não termos essa especificidade na rede" (Questionário C, Google Forms, 2025), sugerindo uma ideia limitada sobre a inclusão escolar. Ao afirmar que não é promovida a formação por ausência de estudantes com deficiência auditiva na rede, a Secretaria desconsidera uma educação inclusiva preparatória e/ou contínua. Conforme a PNEPEI (2008), é exigido do sistema educacional que esteja sempre preparado para atender às demandas e necessidades dos alunos, independentemente da existência ou não de estudantes com deficiência matriculados na rede escolar. A falta de formação adequada prévia compromete a inclusão do aluno e preparo do professor, que deverá buscar, de forma voluntária, esse preparo para atender ao futuro estudante.

Em resposta, através do formulário, o NAPNE tem, no momento, uma aluna identificada com deficiência auditiva no Ensino Médio Integrado do *Campus Feliz*. Ao ser questionado(a) sobre os principais avanços, o(a) gestor(a) apresenta que

De forma geral, acredito que temos avançado, de forma lenta, mas avançado. Houve a garantia de espaço físico para atendimento, profissionais com formação específica com o AEE, a possibilidade de acessibilidade curricular, ajuste de temporalidade nos cursos, dentre outros aspectos. Com relação à deficiência auditiva, acredito que a garantia do docente da área de Libras e também, a viabilidade da contratação, ainda que temporária, do/a intérprete de Libras são alguns avanços. (NAPNE, Google forms, 2025)

Sobre as principais dificuldades enfrentadas no atendimento a estudantes surdos, acredita que há “falta de conhecimento sobre a necessidade de uma pessoa com deficiência auditiva (uso de imagens, legendas, fala bem articulada e disponível no campo de visão)” (NAPNE, Google forms, 2025), enfatizando que seria a maior barreira a ser enfrentada.

Por fim, ressalta-se que, à rede estadual, 2ª CRE, foi enviado um e-mail solicitando a participação na resposta do questionário, além de telefonemas. Todavia, não foi obtida a resposta do(a) gestor(a).

Durante o processo de coleta de dados, observou-se uma significativa falta de respostas por parte da secretaria de educação do Estado e de municípios do Vale do Caí. O retorno limitado levanta questionamentos importantes sobre a visibilidade e a relevância atribuídas ao tema da deficiência auditiva no contexto educacional. Diante disso, cabe refletir: a surdez ainda é tratada como um tabu nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas? A escassez de respostas pode indicar uma lacuna no reconhecimento da importância do debate e da implementação de estratégias efetivas para a inclusão de estudantes com deficiência auditiva nas redes de ensino?

3.4 Percepções docentes: análise das entrevistas

Na 2ª fase da pesquisa, o estudo de caso ocorreu por meio de uma entrevista com docentes formados na área da Língua Portuguesa e que possuem alunos com deficiência auditiva em sua turma. A identificação desses docentes se deu a partir das respostas enviadas nos questionários da fase 1. Previamente, foram organizadas perguntas (Apêndice 5), questionando o tempo de experiência como professor na área de Língua Portuguesa, o nível de conhecimento na área de Libras, sua formação/capacitação na área, e, principalmente, sobre seus principais desafios e estratégias utilizadas em sala de aula para auxiliar e promover, de forma produtiva, o aprendizado do aluno surdo.

A coleta de dados com os professores observou a disponibilidade e locomoção da entrevistadora e do profissional docente, visando sempre à liberdade e autonomia do profissional entrevistado, de Língua Portuguesa, sem a obrigatoriedade de responder às perguntas previamente selecionadas.

A partir das respostas obtidas no questionário enviado a todas as secretarias de educação do Vale do Caí, foram identificadas 2 situações de atendimento a discentes surdos: um na rede municipal e outro na federal. Foi feito contato com a área da educação da cidade A, que autorizou a pesquisa com a professora, que também concordou em participar. A estudante surda está iniciando na alfabetização juntamente com Libras, acompanhada de uma intérprete. O contato também foi feito com a professora do Instituto Federal, que também aceitou participar da entrevista e

apontar sua experiência com alunas surdas durante sua trajetória na docência.¹ Ambas foram contatadas previamente pelo whatsapp para autorizar e marcar a entrevista.

Antes de iniciarem as entrevistas, foi apresentado o documento de Termo de Consentimento livre, no qual consta que a pesquisa respeitou os princípios éticos exigidos para estudos com seres humanos. As professoras participantes foram informadas previamente sobre os objetivos do trabalho, os procedimentos de coleta de dados e seus direitos enquanto colaboradoras da pesquisa. A participação foi voluntária e baseada no consentimento livre e esclarecido, assegurando o direito à recusa ou retirada a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos docentes, com duração aproximada de uma hora, e gravadas apenas para fins de análise, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações.

A partir das entrevistas realizadas com as duas professoras atuantes no ensino de estudantes com deficiência auditiva, uma nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Thais – codinome adotado pela professora - e outra no Ensino Médio, Maria – codinome escolhido pela docente - , identificaram-se aspectos relevantes sobre os desafios enfrentados, estratégias pedagógicas adotadas e percepções docentes acerca do processo de inclusão desses alunos na disciplina de Língua Portuguesa. Ambas foram contatadas previamente pelo whatsapp para autorizar e marcar a entrevista.

Para análise, foram definidas as seguintes categorias, que são detalhadas com base nas respostas das participantes:

- 3.4.1 Formação Docente e Preparo para Inclusão
- 3.4.2 Apoio Institucional e Recursos Disponíveis
- 3.4.3 Estratégias Pedagógicas
- 3.4.4 Desafios no Ensino de Língua Portuguesa
- 3.4.5 Percepções sobre a Aprendizagem Bilíngue e Inclusão

¹ Embora o trabalho esteja voltado à área de Língua Portuguesa, não foi possível localizar um número maior de alunos com deficiência auditiva, uma vez que não houve retorno das Secretarias de Educação dos municípios do Vale do Caí quanto a essa demanda. Diante disso, optou-se por realizar entrevistas com uma professora de alfabetização que atua diretamente com uma aluna surda e com uma docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Feliz, da área de Língua Portuguesa, que no ano anterior trabalhou com uma estudante com deficiência auditiva, tendo, assim, uma experiência relevante a contribuir com a pesquisa.

3.4.1 Formação Docente e Preparo para Inclusão

As docentes entrevistadas relataram falta de formação específica para atuar diretamente com estudantes surdos. A professora Thais (codinome), dos anos iniciais, destacou possuir formação em psicopedagogia, mas sem especialização em Libras, sendo essa sua primeira experiência com uma estudante surda,

Tenho pós em psicopedagogia e algumas formações em cursos básicos. Mas nada, não sou formada em Libras, não sou formada em nenhuma área específica para trabalhar com inclusão. (Thais, 2025)

A ausência de preparo prévio gerou insegurança no início do processo, o que a levou a buscar por conta própria um curso de Libras.

No início, no início do ano, quando eu não tinha ajuda da intérprete, eu me senti um pouco perdida justamente porque ela não me escutava, então eu ficava naquela, meu Deus, como que eu vou ajudar ela e aí eu comecei a estudar Libras para tentar entender como funciona, porque até então eu não tinha tido essa experiência muitos anos já de profe, mas não tinha tido aí nessa experiência. Então, eu tentava ao máximo fazer com que ela se sentisse incluída². (Thais, 2025)

De maneira semelhante, a professora Maria (codinome), atuante no Ensino Médio, mencionou ter feito apenas cursos básicos de Libras durante a pandemia

Pelo Moodle, eu fiz alguns. Alguns que tinha na instituição, eu não fiz. Porque sempre tô carregada de aulas e carregada de projetos. Acabo não fazendo, minha culpa. Mas é só esses que tem na instituição e que eu consigo fazer. Na época da pandemia, eu fiz alguns de inclusão. (Maria, 2025).

E reconhece que a falta de domínio da língua dificultou a prática pedagógica.

Ah, eu tinha que buscar, então, materiais pra dar conta disso, né? Buscar materiais pra adaptar. Tentar, enfim, buscar apoio lá no NAPNE. Muitas vezes fui lá, conversei pra me ajudar também a ter forças pra isso, entende? Porque, daí, acaba que eu tava me sentindo muito impotente. (Maria, 2025)

A docente reforça que conhecer a história do estudante é extremamente necessário e fundamental para entender como e de que forma trabalhar com o estudante com deficiência auditiva para que seja possível uma visão mais certa para uma prática inclusiva eficaz.

Eu acho bem importante saber a história da estudante. Saber a história. Se teve... Se teve... Como é que eu vou dizer? Se ela sabe Libras, se ela não sabe. Por que sabe? Por que não sabe? Porque isso é bem importante para a gente compreender. Se ela se aceita, sim. Se ela não se aceita, né? Porque é um modo também como tu vai agir com ela. Sabe? E... Porque exige mais

²As falas da entrevista foram transcritas preservando, na medida do possível, o registro das marcas de oralidade e fazendo-se apenas alterações mínimas para garantir a legibilidade do conteúdo da declaração

paciência, mais dedicação. Porque a criança não tem culpa. Né? Ela só quer ser normal. (Maria, 2025)

Dessa forma, as entrevistadas demonstram que a falta de formação específica na área ou o entendimento, no nível mais básico, de Libras faz muita falta no dia a dia, sendo possível o uso das Libras quando o/a estudante faz o uso da língua.

3.4.2 Apoio Institucional e Recursos Disponíveis

No caso da professora Thais, o apoio da Secretaria de Educação e da escola foi essencial para a inclusão da aluna surda. Houve a rápida disponibilização de uma intérprete de Libras, que atua três vezes por semana na sala de aula, contribuindo tanto para a mediação com a estudante quanto para o envolvimento de toda a turma com a Língua de Sinais.

A Secretaria da Educação se mostrou muito preocupada o tempo todo com a [nome da estudante com deficiência auditiva], tanto que eles foram muito atrás desse intérprete, buscaram muito essa ajuda, e foi logo no início. Imagina, a gente está em maio e a intérprete já está há um mês aqui conosco e vieram, fizeram uma reunião comigo, apresentaram a intérprete, falaram todas as ideias que eles tinham para trazer a família para a escola, para fazer a menina de novo voltar a usar o aparelho auditivo, então ela tem todo um suporte muito, muito bom, tanto da Secretaria quanto da escola. [...] Quando a [nome da professora de intérprete], a intérprete, veio, clareou, assim, a sala porque daí ela começou a introduzir muito Libras com ela, né, e ela começou a se adaptar melhor. E eu também me sinto mais segura hoje, porque ela fica o tempo todo fazendo sinais do que eu estou falando para a turma no geral então ela não está só ensinando a [nome da estudante com deficiência auditiva], ela está ensinando todo mundo, porque eles vão ser colegas no decorrer da vida. (Thais, 2025).

Em contrapartida, a professora Maria, atuando no IFRS, relata que os casos vivenciados foram mais complexos. Em especial, uma aluna que não utilizava Libras nem aceitava acompanhamento especializado, como o oferecido pelo NAPNE, tornou o processo de ensino mais difícil. Ainda assim, a docente reconhece que o núcleo de apoio sempre esteve disposto a ajudar com orientações, recursos e diálogo com as famílias, mesmo diante de resistência.

Na escola, nos primeiros tempos, a gente tinha um apoio do NAPNE pra acompanhar a estudante em sala de aula. Mas a menina não aceitava esse acompanhamento. [...] o NAPNE sempre em diálogo, porque nem sempre a família aceitava, sabe? As sugestões que o NAPNE dava pra levar pra determinado profissional, pra avaliar outros. Enfim. Mas sempre teve o apoio. (Maria, 2025).

Portanto, as entrevistadas destacam que o apoio das secretárias e núcleos, como o NAPNE, são essenciais para um melhor desempenho e troca entre docente e aluno. A fim de promover o direito de aprender como qualquer aluno.

3.4.3 Estratégias Pedagógicas Utilizadas

As estratégias relatadas pelas docentes para o ensino de Língua Portuguesa variam conforme o nível de ensino e o perfil do/a estudante surdo/a. A professora Thais utiliza recursos visuais, como cards com imagens, alfabeto em Libras, atividades adaptadas com cores e sinais e jogos lúdicos, destacando o uso da comunicação visual como essencial para a compreensão da aluna. A adaptação das atividades é constante, com foco na clareza das instruções e no uso de múltiplas linguagens (visual, gestual e escrita).

Fotos, porque daí a gente tem os cards que mostram, ah, quando ela quer encher a garrafinha, ela me mostra que ela quer encher a garrafinha. Quando ela tem que pegar o caderno, ela tem o card e me mostra o caderno, ela tem o alfabeto dela individual na mochila de Libras, e a gente vai tentando se comunicar em Libras também. Algumas letras ela ainda não consegue, alguns sinais ela ainda não consegue, porque é recente que as Libras também foram introduzidas na vida dela. [...] ela pega uma atividade, uma folha, ela começa a jogar um joguinho, ela já compreende logo. Então, eu vou fazer um bingo, um bingo de letras. Eu vou mostrar as letrinhas no papel, no cardzinho, e vou mostrar as letrinhas em Libras, nos sinais. Então, ela já consegue entender e os demais também. (Thais, 2025)

A professora utiliza momentos do cotidiano escolar (como fila, lanche e brincadeiras) para ensinar sinais em Libras aos demais alunos, criando um ambiente em que a Libras circula naturalmente.

A [nome da intérprete], ela faz falas para todo mundo, às vezes na fila, e ensina como é bom dia, como é desculpa, como é obrigado. Então os alunos de toda a escola já conhecem a [nome da estudante com deficiência auditiva] e tentam ajudá-la de alguma forma a se sentir incluída na escola. (Thais, 2025).

Destaca que procura oferecer atenção diferenciada à aluna surda, respeitando seu tempo de aprendizagem e buscando sempre incluir sua participação nas atividades propostas.

Uma das estratégias em andamento é a construção, de forma conjunta, do projeto “Mãozinhas que falam”, um projeto que está sendo construído com a turma do primeiro ano com o objetivo de promover o conhecimento e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) entre todos os alunos e professores. O projeto busca

despertar o interesse e a empatia da comunidade escolar em relação à surdez e a Libras, quebrando barreiras comunicacionais e culturais. A professora menciona que o projeto acabou envolvendo todo o ambiente escolar, demonstrando um esforço institucional em benefício da inclusão, indo além da ação de um único professor ou sala de aula. O projeto será apresentado na Mostra MIP (Mostra Municipal de Incentivo à Pesquisa)³ da cidade.

Agora a gente está elaborando um projeto, que é “Mãozinhas que Falam”, que vai ser o projeto da MIP, e aí a gente vai introduzir as duas turmas de primeiro ano, justamente pensando que essas turmas, elas vão ser misturadas aqui na escola, ao longo da vida escolar deles aqui, né, a [nome da estudante com deficiência auditiva] é uma menina que nasceu aqui, então provavelmente ela vai morar aqui a vida toda. Então a gente introduziu as duas turmas de primeiro ano em momentos semanais, junto com a Prof. de Libras, onde a gente trabalha histórias, trabalha os sinais, trabalha vídeos mostrando os sinais, né, então a [nome da estudante com deficiência auditiva], ela está muito incluída em tudo, e até as outras turmas. (Thais, 2025).

Também A professora Maria enfatizou a necessidade de adaptar conteúdos ao nível de compreensão do/a estudante surdo/a, utilizando recursos como livros em quadrinhos (ex: *Quarto de Despejo* em HQ) para facilitar a compreensão de obras literárias. As avaliações e exercícios de Língua Portuguesa eram simplificados e ajustados para respeitar o estágio de desenvolvimento da aluna, priorizando a associação entre significante e significado.

Ela também fez uso intensivo de quadros, imagens e computador, especialmente para explicar termos abstratos como “natureza”, sempre que necessário, sendo auxiliada pelo NAPNE, que cedeu um notebook para buscar imagens e auxiliar na compreensão de conteúdos mais abstratos.

Pensa, a palavra natureza. A palavra natureza não fazia sentido pra ela. Daí, tu explicava o que era natureza hoje, explicava, demonstrava, imagens. Daí, eu usava muito computador pra ela. O NAPNE me cedeu um computador. Aí, a gente buscava muito, assim, quando eu falava uma palavra um pouco mais abstrata, que ela não... Daí, a gente procurava as imagens. Ela olhava. Então, a gente tinha esses recursos, assim, que auxiliavam, né, naquele momento. [...] E o auxílio do notebook era importante na hora de... dela fazer a associação do significante com o significado, né? Então, era bem importante esse material de apoio. Bastante estratégia, assim, de... Por exemplo, texto em quadrinhos, né? Então, a turma dela estava lendo Carolina Maria de Jesus, o diário, assim, em texto, né? Pra ela, eu comprei o Carolina... O quarto de despejo em quadrinhos. Então, ela lia aquela mesma história da turma, mas em quadrinhos. Então, a gente buscava formas de

³A Mostra é um evento educacional que tem como objetivo o incentivo a pesquisa científica nas escolas do município, visibilizando os projetos iniciados e desenvolvidos dentro das escolas de acordo com o assunto escolhido a partir do interesse dos alunos, muitas vezes, questionamentos que vão surgindo no cotidiano dentro e fora do ambiente escolar.

adaptar. A gente fazia de tudo, assim, possível que estava ao nosso alcance. O material que eu comprei do meu dinheiro. Mas, claro, é um investimento importante pra mim também, mas pra facilitar a aprendizagem dela, né? E aí, ela também fazia o seu diário. Então, eu procurava colocar atividades condizentes com a faixa de aprendizagem que ela se encontrava. O nível de aprendizagem que ela se encontrava. (Maria, 2025)

A professora priorizava elementos visuais e buscava sempre mediar o aprendizado entre linguagem verbal e não verbal, reforçado que não exigia da aluna, com deficiência auditiva, a mesma estrutura textual que dos alunos ouvintes, compreendendo suas dificuldades com preposições e conectivos, e aceitando seu modo de expressão como válido.

Quando necessário, retirava a estudante da turma regular para trabalhos individualizados, o que gerou reflexões sobre a eficácia dessa abordagem, já que não favorecia a plena inclusão. A docente reconheceu que turmas menores poderiam possibilitar um atendimento mais individualizado dentro da sala regular.

Pelo menos, turmas menores, sabe? Digamos, tem estudante menores que é para a gente poder dar um atendimento mais individualizado. Ela estando, a pessoa, né? Estando na sala com os demais colegas. Porque retirar da sala, eu acho que não foi uma experiência boa, né? Para essa inclusão. (Maria, 2025).

Maria fez cursos básicos sobre inclusão, especialmente durante a pandemia, mas reconheceu que a formação continuada e mais específica em Libras é uma necessidade urgente.

3.3.4 Desafios no Ensino de Língua Portuguesa

Os principais desafios relatados pelas docentes dizem respeito às limitações na comunicação, às diferenças no processo de aprendizagem linguística e à falta de formação específica. A professora Thais, que relatou sua primeira experiência com a estudante com deficiência auditiva no processo de alfabetização, apontou a ausência de consciência fonológica da estudante como um obstáculo para a alfabetização, uma vez que a aluna não utiliza aparelho auditivo e não percebe os sons das letras.

Eu não consigo ouvir ela lendo, né? Porque ela não fala, ela faz só uns sinais, né? Então, eu não consigo saber se ela já tá compreendendo ou não. Às vezes a gente escreve uma palavra no quadro e coloca um desenho no quadro, ela tenta escrever, mas ela não escuta o som que aquela letrelinha faz. Então, ela ainda tá escrevendo letrelinhas aleatórias. Ela entende o que é número, ela entende o que é letra. Mas como ela não consegue fazer o som e nem compreender o som, essa parte da consciência fonológica pra ela falta. (Thais, 2025)

Thais destaca, também, sobre a importância da aluna se sentir parte da turma e busca proporcionar um ambiente acolhedor.

Eu acho que prioriza a criança se sentir à vontade e parte da sala. Ela não pode se sentir perdida. Ela tem que entender o que a gente tá fazendo naquele momento. E já aconteceu dela não se sentir. Dela se sentir perdida. E eu vejo no semblante dela que ela tá toda perdida, que ela não tá entendendo. E aí eu tento ao máximo trazer ela pra que ela consiga compreender o que tá sendo trabalhado, sabe? Porque, às vezes, não é fácil pra ela também. Então, às vezes, fica muito atenta ao que os colegas do lado estão fazendo. Daí a [nome da intérprete] chama ela, [nome da estudante com deficiência auditiva], vem cá. Faça sinais pra que ela entenda o que tá acontecendo no momento. Mas não é muito fácil, não. (Thais, 2025)

Já a professora Maria relatou que os estudantes surdos com quem trabalhou apresentavam dificuldades com a estrutura textual da Língua Portuguesa, especialmente quanto ao uso de preposições e conectivos.

A partir da experiência que eu tive, é diferente. Eu não posso exigir que ela escreva do mesmo modo que um aluno, um ouvinte escreve. Porque pra ela, as preposições, os conectivos, não existem. Eu não posso exigir que ela escreva do mesmo modo. Então, eu explicava pra ela que existiam aqueles termos, a preposição, a conjunção, que facilitam a organização do texto. Mostrava pra ela. A gente fazia junto no quadro quando ela, por exemplo, fazia as suas frases, os seus parágrafos no caderno dela. Aí, eu corrigia, eu voltava pro quadro e explicava que era daquela forma. Até porque ela é se dizia ouvinte. Mas ela não era. Não é, porque ela não escuta. Mas o texto dela é diferente. O texto dela é diferente e eu aceitava daquela forma. E não considerava errado pra ela porque é o modo como ela manifestava a linguagem. (Maria, 2025)

As docentes também enfatizam a importância da presença do intérprete de Libras como suporte fundamental para realização da mediação da comunicação em sala de aula.

Quando a [nome da professora de intérprete], a intérprete, veio, clareou, assim, a sala, né, porque daí ela começou a introduzir muito Libras com ela, né, e ela começou a se adaptar melhor. (Thais, 2025).

O material teórico pra intérprete. A intérprete se preparava, enfim. No dia da aula, a intérprete tinha condições de ir mediando. E ali, as provas a gente fazia bem diferente pra ela. Na época, tinha um professor aqui, o professor [nome do professor de Libras]. Que era excelente, professor de Libras. Ele orientava a gente, sabe? A como elaborar uma prova diferente pra ela. E dava super certo. A menina escrevia, compreendia. Mas essa era alfabetizada em Libras. Então, totalmente diferente dos outros casos. Totalmente diferente. É bem tranquilo. (Maria, 2025).

As docentes apontam, ainda, a falta de formação específica como uma das dificuldades. Embora possuam experiências e busquem estratégias de adaptação, reconhecem que, na formação inicial dos docentes, na maioria das vezes, não há um olhar para as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para a educação de surdos.

Essa lacuna exige que os professores busquem, de forma própria, capacitações complementares. Assim, cabe ao próprio professor adaptar atividades, textos e metodologias, o que demanda tempo, criatividade e, muitas vezes, recursos que não são disponibilizados pela escola.

Eu acho que mais formações ligadas, interligadas com esse tema. Porque, eu vou dar o exemplo, o meu exemplo, eu já sou professora desde 2012 e eu não tive ainda nenhuma formação no município que eu trabalho ou no outro município, em ambos, sobre Libras. Então, eu acho que a gente não tem que esperar ter um aluno com necessidade. A gente tem que estar preparado todo ano com a inclusão. Não só para alunos com deficiência auditiva, com todo tipo de deficiência. A gente, às vezes, acaba tendo muita formação, digamos, só para a área do autismo, que é uma área muito importante também. Só que eu acho que a gente deveria ter formações em todas essas áreas de crianças especiais. (Thais, 2025)

Ambas as profissionais relatam que, apesar dos desafios enfrentados, há avanços significativos em uma parceria entre família, escola, intérprete e demais profissionais da educação, para que a inclusão do estudante surdo seja efetiva e garanta seu pleno desenvolvimento dentro e fora da escola.

3.3.5 Percepções sobre a Aprendizagem Bilíngue e Inclusão

A professora Maria apresenta uma visão crítica e realista sobre a aprendizagem bilíngue no contexto da inclusão de estudantes com deficiência auditiva. Em sua trajetória, ela destaca experiências com alunas surdas que não dominavam Libras e uma estudante que era alfabetizada na língua de sinais. A partir dessas vivências, ela aponta que a aprendizagem bilíngue — envolvendo Libras como primeira língua e o português como segunda — pode ter um impacto muito positivo, desde que as condições adequadas estejam presentes.

Mas, para que eles sejam realmente incluídos, eles deveriam, obviamente, saber Libras e nós também. Professores também. E, em contrapartida, os estudantes também, porque se a gente vai... Como é que eu vou falar? Eu me comunico em Libras, mas eu teria que estar me comunicando com todos. Ao mesmo tempo, eu não posso oralizar para uns e falar em Libras para elas. Porque daí também não é inclusão. [...] Casos e casos, exatamente. Tu vê, eu tive quatro casos, então, que essa eu tinha esquecido, porque foi só um semestre. E cada uma era diferente. Tu vê, três com o mesmo tipo de problema, digamos assim, não letradas em Libras, não alfabetizadas em Libras, como transplante coclear. E cada uma diferente. E esse é o outro caso que tinha a intérprete. (Maria, 2025).

Ela relata que o caso mais exitoso de aprendizagem foi de uma estudante que já era fluente em Libras e contava com uma intérprete, além do suporte de um

professor de Libras da instituição. Com essa estrutura, o processo de ensino-aprendizagem foi “super tranquilo”, e a aluna conseguia compreender os conteúdos e realizar provas adaptadas com eficiência. Essas situações se contrapõem aos demais casos, em que as estudantes possuíam implante coclear, mas não eram usuárias de Libras e enfrentavam grandes barreiras de compreensão, linguagem e socialização. Maria destacou que o ensino bilíngue (Português e Libras) só foi plenamente eficaz em um caso específico, em que a aluna já era alfabetizada em Libras.

Foi [graduação em Letras], mas ela ficou um semestre. Aí, nós tínhamos Libras. Ela ficou... E aí, o que a gente fazia? E aí, era super tranquilo. Ela tinha o intérprete. Daí, eu entregava o material teórico. Porque era na Letras O material teórico pra intérprete. A intérprete se preparava, enfim. E daí, no dia da aula, a intérprete tinha condições de ir mediando. (Maria, 2025).

Enfatizou a importância de conhecer a trajetória da aluna, incluindo aspectos como aceitação da deficiência, uso ou não de Libras, e apoio familiar, para poder ajustar sua prática com mais empatia e eficácia.

O NAPNE sempre em diálogo, porque nem sempre a família aceitava, sabe? [...] E como, pelo que o trabalho do NAPNE fez junto à família, nunca houve essa aceitação da deficiência, talvez isso tenha contribuído pra que ela não avançasse, né? Na questão da aprendizagem. Então, ela ficava, assim, num nível muito, muito, muito básico. Não conseguiu. Tanto é que ela não, ela saiu, né? Esse ano, ela deveria estar aqui, cursando o quarto ano, novamente. E evadiu. (Maria, 2025)

Para Maria, a inclusão real vai além da presença física do aluno em sala de aula. Ela defende que todos — professores, estudantes ouvintes e os próprios estudantes com deficiência auditiva — deveriam conhecer e utilizar Libras como forma de comunicação, ainda que reconheça tratar-se de uma utopia diante das limitações institucionais e formativas. Em sua visão, a comunicação é o principal objetivo do ensino da língua portuguesa para estudantes surdos, e, por isso, a aprendizagem bilíngue deveria ser priorizada desde os anos iniciais da educação básica.

Se tem um aluno com Libras, todos nós deveríamos usar as Libras. Mas é a utopia. Então, nem eu sei. Os alunos, talvez até alunos saibam e eu não, né? Então, é uma vergonha reconhecer isso. Me sinto envergonhada de dizer que eu não sei. Eu fiz um curso básico, básico, básico. Na época que eu tinha a estudante. Mas, daí, depois que eu descobri que ela não sabia Libras. Então, de nada adiantava. Mas, eu acho que deveria ser isso, sabe? Bom, não temos esse mundo utópico. (Maria, 2025).

Thais, por sua vez, compreende que a aprendizagem bilíngue — Libras e Língua Portuguesa — é essencial para o desenvolvimento integral de sua aluna, especialmente considerando que ela não utiliza aparelho auditivo. A discente se

comunica exclusivamente por Libras e gestos, o que torna indispensável a presença de estratégias visuais e de uma linguagem acessível.

É muito difícil pela questão da aluna não utilizar o aparelho auditivo, porque a gente nunca sabe o que ela está pensando, o que ela gostaria de dizer, porque ela não consegue se expressar e ela também não escuta. Então, a gente fica fazendo o tempo todo os gestos e até que ela também pega, né, esses gestos também é complicado. A família também está vindo para a escola na parte da tarde, no turno oposto, para estudar Libras, porque até então eles também não sabiam. (Thais, 2025)

A professora adapta as atividades escolares com o uso de cores, imagens e sinais para que a estudante compreenda as propostas pedagógicas de forma autônoma. A docente relata que a presença da intérprete não beneficia apenas a estudante surda, mas transforma a sala de aula em um ambiente mais inclusivo, no qual todos os alunos têm contato com a Libras. O projeto “Mãozinhas que Falam”, por exemplo, envolve as duas turmas de primeiro ano em atividades semanais com foco na língua de sinais, promovendo aprendizagem colaborativa, empatia e valorização da diversidade linguística.

Eu acho que a gente deveria ter isso incluso desde eles pequenininhos, mesmo não tendo alunos que tenham essa deficiência auditiva. Eu acho muito importante a gente ter o alfabeto de Libras, né? Mostrar pras crianças o sinal, como é o bom dia, como é o boa tarde. Eu acho muito importante. (Thais, 2025)

Em síntese, ambas as docentes reconhecem que o ensino da Língua Portuguesa para surdos requer uma abordagem bilíngue e visual, que considere a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu compreender de forma mais ampla como ocorre o atendimento educacional a estudantes com deficiência auditiva, voltado ao ensino de Língua Portuguesa, de escolas públicas do Vale do Caí. A pesquisa revelou que, embora haja avanços significativos no campo da inclusão, ainda existem inúmeros desafios, especialmente relacionados à falta de formação específica dos docentes na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a escassez de recursos pedagógicos acessíveis.

O trabalho proporcionou a percepção que, embora existam legislações que garantam os direitos das pessoas com deficiência auditiva, a realidade das escolas nem sempre reflete o que está previsto em lei. Como mencionado, através dos questionários e entrevistas, constatou-se que algumas redes de ensino ainda não promovem a formação continuada de seus profissionais na área de Libras, justificando-se diante da ausência de alunos com deficiência auditiva na rede, o que demonstra um entendimento equivocado sobre uma educação inclusiva.

Entre as principais dificuldades enfrentadas durante a pesquisa, destacou-se o baixo apoio das Secretarias de Educação nas respostas dos questionários, o que pode refletir uma possível invisibilidade da deficiência auditiva no planejamento das políticas públicas educacionais da região. Além disso, os próprios docentes relataram que se sentiram inseguros, em diversos momentos, diante da falta de preparo para atender de maneira adequada aos estudantes com deficiência auditiva, especialmente no ensino da Língua Portuguesa, que exige compreensão linguística diferenciada para alunos que fazem o uso da Libras.

Verificou-se que os professores entrevistados desenvolvem suas práticas inclusivas, principalmente, a partir de adaptações metodológicas baseadas em recursos visuais, materiais concretos, atividades lúdicas e no apoio, quando disponível, de intérpretes de Libras ou de núcleos como o NAPNE. Nos anos iniciais, a professora Thais enfrenta o desafio de alfabetizar uma estudante que se comunica exclusivamente por Libras, exigindo adaptações visuais e grande criatividade pedagógica. Já no Ensino Médio, Maria lida com estudantes que, por não terem sido alfabetizados em Libras ou não dominarem essa língua, apresentam graves dificuldades de compreensão textual e expressão escrita. Enquanto Thais atua em um cenário de descoberta e iniciação linguística, Maria enfrenta as consequências de um

processo educacional que negligenciou a construção de uma base necessária de linguagem para estudantes surdos.

Em comum, ambas apresentam apontamentos evidenciam que a falta de formação específica e o desconhecimento da Libras são desafios que impactam diretamente na qualidade da inclusão. Notou-se que o suporte institucional, quando presente, tem papel fundamental na mediação desse processo. A falta dessa formação não só limita o desempenho escolar do aluno surdo, mas fortalece a exclusão social e comunicacional a esses estudantes.

A comparação entre as duas experiências permite compreender que a presença da Libras desde os anos iniciais da educação básica não é apenas uma estratégia didática, mas uma garantia de acesso real ao conhecimento. Quando o estudante surdo é exposto desde cedo a uma educação bilíngue, suas chances de compreender e produzir textos em Língua Portuguesa são significativamente ampliadas, por outro lado, a ausência dessa base nos anos iniciais gera obstáculos ao longo de sua trajetória escolas, chegando ao no ensino médio, como apresentado pelas docentes entrevistadas.

Por fim, compreendeu-se que a inclusão de estudantes surdos no ensino regular é um processo possível, porém desafiador, que requer comprometimento, formação contínua, investimento por parte das gestões educacionais e, principalmente, uma mudança de olhar da sociedade para a valorização da diversidade linguística e cultural da comunidade surda. Que este trabalho seja uma porta que nunca se fecha sobre colocar em pauta a invisibilidade ainda presente da comunidade surda no contexto educacional, onde muitas vezes faltam recursos, apoio institucional e preparo adequado para os docentes. É fundamental reconhecer o uso da Libras como primeira língua dos surdos e defender a presença dela desde a alfabetização, sobretudo o trabalho em conjunto de escola, família e comunidade.

5. REFERÊNCIAS

AFIRMAÇÃO e fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). [S.l: s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pneepei.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

AMARAL, Wesley. Por restrição legal, comissão rejeita Libras como disciplina obrigatória no ensino fundamental. **Agência Câmara de Notícias**, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/830669-por-restricao-legal-comissao-rejeita-libras-como-disciplina-obrigatoria-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 19 dez. 2024.

BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673–688, out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-norma-pl.html>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 out. 2008. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/582218>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14597-14-junho-2023-794299-norma-pl.html>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC, 2004.

CENSO 2022 confirma: Vale do Caí tem 219.025 habitantes. **Primeira Hora**, 2022. Disponível em: <https://www.primeirahora.rs/web/noticias/23244/censo-2022-confirma-vale-do-ca-tem-219025-habitantes>. Acesso em: 20 maio 2025.

CHAVES, Karime Sarkis. **A inclusão de alunos surdos: desafios e possibilidades no processo educativo**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2023.

CHÉROLET, Brenda. Por que estudar Libras é essencial para atuar na educação? **Educa Mais Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/por-que-estudar-libras-e-essencial-para-atuar-na-educacao>. Acesso em: 06 jan. 2025.

CORRÊA, Luiza. A inclusão de pessoas com deficiência na educação. **Nexo Jornal**, 2024. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/04/28/a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-na-educacao>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COSTA, Letícia Gomes. **A importância do ensino da Libras na Educação Infantil**. Belém, PA: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2022. Programa de Pós-Graduação em Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <file:///C:/Users/beeta/Downloads/A%20Importância%20do%20Ensino%20da%20Libras%20na%20Educação%20Infantil.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FERREIRA, Fabrícia; LIMA, Árlon Chaves. A importância da Libras no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. In: **Congresso Nacional de Educação - CONEDU**, 2021. Anais [...]. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_S_A110_ID9167_04112021213148.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil socioeconômico COREDE Vale do Caí**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, Departamento de Planejamento Governamental, 2015.

HENRIQUE, M. M. A (des)colonização do corpo surdo: breve histórico dos modelos educacionais e as representações do ser surdo. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 36, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/36/a-descolonizacao-do-corpo-surdo-breve-historico-dos-modelos-educacionais-e-as-representacoes-do-ser-surdo>. Acesso em: 28 set. 2021.

IFPB. Instituto Federal da Paraíba. Pessoas com deficiência e o acesso à educação. 2022. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/pessoas-com-deficiencia-e-o-acesso-a-educacao>. Acesso em: 08 jan. 2025.

IFPB. Instituto Federal da Paraíba. Trajetória das pessoas surdas: pessoas que ajudaram a escrever essa história. 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/trajetoria-das-pessoas-surdas-pessoas-que-ajudaram-a-escrever-essa-historia>. Acesso em: 08 jan. 2025.

LIBRAS. Lei de Libras: leis, decretos, portarias, resoluções. 2015. Disponível em: <https://www.libras.com.br/lei-de-libras>. Acesso em: 06 jan. 2025.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná: Governo do Estado do Paraná, 2016.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>. Acesso em: 20 maio 2025.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. Educação inclusiva. **Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MONTEIRO, Carlos Medeiros et al. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, v. 2, n. 19, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899019/html/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PREFEITURA DE JUNDIAÍ (SP). **Direitos da Pessoa Surda**. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2020. Disponível em: <https://direitoshumanos.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Direitos-da-Pessoa-Surda.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

ROCHA, J. G. DA; SANTOS, A. DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Revista Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, 30 jun. 2018. Acesso em 12 jun. 2025.

RS. Departamento Estadual de Trânsito – Detran. **Habilitação/CNH: orientação para candidatos surdos**, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 06 jan. 2025.

SENADO FEDERAL. CDH aprova carteira de habilitação para surdos em todas as categorias. **Senado Notícias**, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 jan. 2025.

SENADO FEDERAL. Paim registra os sete anos da Lei Brasileira de Inclusão. **Senado Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/06/paim-registra-os-sete-anos-da-lei-brasileira-de-inclusao>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/ana_paula.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVA, Danilo da; SPELLING, Germano Weniger. Práticas e discursos aplicados pelo regime nazista sobre surdos na Segunda Guerra Mundial. **Periódicos UNIR**, 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao-fisica/paralimpiadas.htm>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SOUTO, Maricélia Tomáz de et al. Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade. In: **Congresso Nacional de Educação - CINTEDI**, 2014. Anais [...]. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SORTIRAPARIS, Cécile de. Jogos Paralímpicos de 2024: por que os surdos e os deficientes auditivos não participam dos jogos? **Sortira Paris**, 2024. Disponível em: <https://www.sortiraparis.com/pt/noticias/jogos-olimpicos-paris-2024/articles/318911>. Acesso em: 06 jan. 2025.

APÊNDICE

Apêndice 1

- Carta de apresentação



Prezado(a) gestor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), apresentamos Roberta Müller, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, campus Feliz. Solicitamos autorização para desenvolver a pesquisa intitulada “Desafios e estratégias para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva”, proposta pela licencianda e orientada pela Prof^a. Dr^a. Tatiane Kaspari, em escolas públicas do Vale do Caí.

A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

- Aplicação de questionário (via google forms) junto às gestões das redes públicas do Vale do Caí (Secretarias Municipais de Educação, 2º CRE e NAPNE do IFRS, Campus Feliz);
- Estudo de caso, por meio de entrevista realizada com docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, séries finais.

Ressaltamos que o estudo contribuirá para refletir sobre as estratégias utilizadas no atendimento a estudantes com deficiência auditiva e os desafios encontrados pelos docentes.

Colocamo-nos à disposição para que os resultados dos dados produzidos sejam discutidos com a coordenação pedagógica das redes de educação, visando a sua posterior socialização com a comunidade escolar, bem como demais ações que contribuam para a promoção de uma educação inclusiva.

Permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Feliz, março de 2025.

Atenciosamente,

Roberta Müller

E-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br /Cel (51) 99740-9582

Prof. Dr^a. Tatiane Kaspari

E-mail: tatiane.kaspari@feliz.ifrs.edu.br /Cel (51) 997276014

Apêndice 2

- Termo de consentimento às secretárias

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRO-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Gestor (a):

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: "Estratégias docentes de Língua Portuguesa no atendimento a estudantes com deficiência auditiva do Vale do Caí". Este projeto está vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso da instituição IFRS - Campus Feliz. Nessa pesquisa, pretendemos entrevistar docentes da área de Língua Portuguesa para conhecer estratégias que foram usadas com alunos com deficiência auditiva.

A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

- Aplicação de questionário (via google forms) junto às gestões das redes públicas do Vale do Caí (Secretarias Municipais de Educação, 2º CRE e NAPNE do IFRS, Campus Feliz);

- Estudo de caso, por meio de entrevista realizada com docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, séries finais.

Ressaltamos que o estudo contribuirá para refletir sobre os avanços no campo da educação, bem como sobre os desafios que ainda existem em relação ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva. Os resultados da pesquisa serão apresentados no TCC - trabalho de conclusão de curso da acadêmica, bem como através da produção e publicação de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, os/as participantes não serão identificados/das, sendo garantido às/aos participantes total sigilo quanto ao seu nome e quaisquer outras informações confidenciais.

Os riscos de sua contribuição nesse processo de investigação são mínimos, como cansaço ao responder às perguntas do questionário. Caso seja necessário, você poderá solicitar a retirada do consentimento e exclusão da participação na pesquisa, a fim de receber o acompanhamento necessário junto ao setor de psicologia da Assistência Estudantil do IFRS - campus Feliz. Caso você se sinta sensibilizado/a e necessite conversar mais sobre o tema, contate a acadêmica pelo e-mail ou telefone.

Colocamo-nos à disposição para que os resultados dos dados produzidos sejam discutidos com a coordenação pedagógica das redes de educação, visando a sua posterior socialização com a comunidade escolar, bem como demais ações que contribuam para a promoção de uma educação inclusiva. Caso concorde em participar desta pesquisa, reconheça que entendeu as informações contidas neste documento e que sua participação é livre de qualquer tipo de pressão ou constrangimento

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;

- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;

- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;

- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;

- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou

inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

=====

Concordo em participar da pesquisa intitulada: "Estratégias docentes de Língua Portuguesa no atendimento a estudantes com deficiência auditiva do Vale do Cai", ciente de que minha entrevista será gravada pela pesquisadora.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bom Princípio, 07 de abril de 2025.

Nome e
Assinatura do(a) participante

Roberta Müller
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Contato do pesquisador:
Nome: Roberta Müller
Instituição: IFRS – Campus Feliz
Telefone: (51)99740-9582
e-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br

Apêndice 3

- Formulário enviado às Secretárias de Educação do Vale do Caí

Pesquisa acadêmica: atendimento a estudantes com deficiência auditiva

Este formulário coleta dados para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Roberta Müller, licenciando em Letras - Português e Inglês. Desde já, agradeço por sua contribuição, que será essencial para dialogar sobre as estratégias no atendimento a estudantes com deficiência auditiva na rede pública de educação.

Muito obrigada!

1. Prezado(a) gestor(a), *

Ao cumprimentá-lo(a), apresentamos Roberta Müller, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, campus Feliz. Solicitamos autorização para desenvolver a pesquisa intitulada "Desafios e estratégias para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva", proposta pela licencianda e orientada pela Prof^a. Dr^a. Tatiane Kaspari, em escolas públicas do Vale do Caí.

A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

- Aplicação de questionário (via google forms) junto às gestões das redes públicas do Vale do Caí (Secretarias Municipais de Educação, 2º CRE e NAPNE do IFRS, Campus Feliz);

- Estudo de caso, por meio de entrevista realizada com docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, séries finais.

Ressaltamos que o estudo contribuirá para refletir sobre os avanços no campo da educação, bem como sobre os desafios que ainda existem em relação ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva. Os resultados da pesquisa serão apresentados no TCC - trabalho de conclusão de curso da acadêmica, bem como através da produção e publicação de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, os/as participantes não serão identificados/das, sendo garantido às/aos participantes **total sigilo quanto ao seu nome e quaisquer outras informações confidenciais.**

Não há riscos na sua contribuição nesse processo de investigação. Caso você se sinta sensibilizado/a e necessite conversar mais sobre o tema, contate a acadêmica pelo e-mail ou telefone.

Colocamo-nos à disposição para que os resultados dos dados produzidos sejam discutidos com a coordenação pedagógica das redes de educação, visando a sua posterior socialização com a comunidade escolar, bem como demais ações que contribuam para a promoção de uma educação inclusiva. Caso concorde em participar desta pesquisa, reconheça que entendeu as informações contidas neste documento e que sua participação é livre de qualquer tipo de pressão ou constrangimento

Marque todas que se aplicam.

- Aceito participar
 Não aceito participar

Formação e experiências profissionais do(a) entrevistado(a)

2. Escreva seu nome. *

3. Qual é a sua formação (Nível superior e pós-graduação)?

4. Qual cargo ocupa atualmente?

5. Há quanto tempo exerce o cargo atual?

6. Teve experiências anteriores com a educação inclusiva? Quais?

Atendimento a estudantes com deficiência auditiva na rede de ensino

7. Atualmente, quantos estudantes com deficiência auditiva são atendidos pela rede? *

Se possível, especificar o número de estudantes por nível de ensino oferecido pela rede (Educação Infantil, Ensino Fundamental - séries iniciais e finais - e/ou Ensino Médio)

8. A Secretaria da Educação oferece formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência auditiva? Se sim, por favor, informe quais ações foram promovidas em 2024 e 2025. *

9. É feita a distribuição de recursos e materiais pedagógicos adaptados para alunos com deficiência auditiva nas escolas? De que forma? *

10. Existe algum serviço de apoio especializado, como intérprete de Libras ou professores de AEE, disponíveis para as escolas? Especifique, por favor. *

11. Em sua opinião, quais são os principais avanços conquistados em sua rede no que diz respeito ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva? *

12. Em sua visão, quais são as principais dificuldades enfrentadas para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva? *

MUITO OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!

Roberta Müller

Telefone: (51)99740-9582

E-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br

- Formulário enviado para 2ª CRE do Rio Grande do Sul

Pesquisa acadêmica: atendimento a estudantes com deficiência auditiva

Este formulário coleta dados para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Roberta Müller, licenciando em Letras - Português e Inglês. Desde já, agradeço por sua contribuição, que será essencial para dialogar sobre as estratégias no atendimento a estudantes com deficiência auditiva na rede pública de educação.

Muito obrigada!

1. Prezado(a) gestor(a), *

Ao cumprimentá-lo(a), apresentamos Roberta Müller, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, campus Feliz. Solicitamos autorização para desenvolver a pesquisa intitulada "Desafios e estratégias para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva", proposta pela licencianda e orientada pela Prof^a. Dr^a. Tatiane Kaspari, em escolas públicas do Vale do Caí.

A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

- Aplicação de questionário (via google forms) junto às gestões das redes públicas do Vale do Caí (Secretarias Municipais de Educação, 2º CRE e NAPNE do IFRS, Campus Feliz);

- Estudo de caso, por meio de entrevista realizada com docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, séries finais.

Ressaltamos que o estudo contribuirá para refletir sobre os avanços no campo da educação, bem como sobre os desafios que ainda existem em relação ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva. Os resultados da pesquisa serão apresentados no TCC - trabalho de conclusão de curso da acadêmica, bem como através da produção e publicação de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, os/as participantes não serão identificados/das, sendo garantido às/aos participantes **total sigilo quanto ao seu nome e quaisquer outras informações confidenciais**.

Não há riscos na sua contribuição nesse processo de investigação. Caso você se sinta sensibilizado/a e necessite conversar mais sobre o tema, contate a acadêmica pelo e-mail ou telefone.

Colocamo-nos à disposição para que os resultados dos dados produzidos sejam discutidos com a coordenação pedagógica das redes de educação, visando a sua posterior socialização com a comunidade escolar, bem como demais ações que contribuam para a promoção de uma educação inclusiva. Caso concorde em participar desta pesquisa, reconheça que entendeu as informações contidas neste documento e que sua participação é livre de qualquer tipo de pressão ou constrangimento

Marque todas que se aplicam.

- Aceito participar
 Não aceito participar

Formação e experiências profissionais do(a) entrevistado(a)

2. Escreva seu nome. *

3. Qual é a sua formação (Nível superior e pós-graduação)?

4. Qual cargo ocupa atualmente?

5. Há quanto tempo exerce o cargo atual?

6. Teve experiências anteriores com a educação inclusiva? Quais?

Atendimento a estudantes com deficiência auditiva na rede de ensino

7. Atualmente, quantos estudantes com deficiência auditiva são atendidos pela rede? *

Se possível, especificar o número de estudantes por nível de ensino oferecido pela rede (Educação Infantil, Ensino Fundamental - séries iniciais e finais - e/ou Ensino Médio)

8. A Secretaria da Educação oferece formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência auditiva? Se sim, por favor, informe quais ações foram promovidas em 2024 e 2025. *

9. É feita a distribuição de recursos e materiais pedagógicos adaptados para alunos com deficiência auditiva nas escolas? De que forma? *

10. Existe algum serviço de apoio especializado, como intérprete de Libras ou professores de AEE, disponíveis para as escolas? Especifique, por favor. *

11. Em sua opinião, quais são os principais avanços conquistados em sua rede no que diz respeito ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva? *

12. Em sua visão, quais são as principais dificuldades enfrentadas para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva? *

MUITO OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!

Roberta Müller

Telefone: (51)99740-9582

E-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br

- Formulário enviado para o NAPNE do IFRS-Campus Feliz

Pesquisa acadêmica: atendimento a estudantes com deficiência auditiva

Este formulário coleta dados para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Roberta Müller, licenciando em Letras - Português e Inglês. Desde já, agradeço por sua contribuição, que será essencial para dialogar sobre as estratégias no atendimento a estudantes com deficiência auditiva na rede pública de educação.

Muito obrigada!

1. Prezado(a) gestor(a), *

Ao cumprimentá-lo(a), apresentamos Roberta Müller, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, campus Feliz. Solicitamos autorização para desenvolver a pesquisa intitulada “Desafios e estratégias para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva”, proposta pela licencianda e orientada pela Profª. Drª. Tatiane Kaspari, em escolas públicas do Vale do Caí. A pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

- Aplicação de questionário (via google forms) junto às gestões das redes públicas do Vale do Caí (Secretarias Municipais de Educação, 2º CRE e NAPNE do IFRS, Campus Feliz);
- Estudo de caso, por meio de entrevista realizada com docentes de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, séries finais.

Ressaltamos que o estudo contribuirá para refletir sobre os avanços no campo da educação, bem como sobre os desafios que ainda existem em relação ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva. Os resultados da pesquisa serão apresentados no TCC - trabalho de conclusão de curso da acadêmica, bem como através da produção e publicação de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, os/as participantes não serão identificados/das, sendo garantido às/aos participantes **total sigilo quanto ao seu nome e quaisquer outras informações confidenciais.**

Não há riscos na sua contribuição nesse processo de investigação. Caso você se sinta sensibilizado/a e necessite conversar mais sobre o tema, contate a acadêmica pelo e-mail ou telefone.

Colocamo-nos à disposição para que os resultados dos dados produzidos sejam discutidos com a coordenação pedagógica das redes de educação, visando a sua posterior socialização com a comunidade escolar, bem como demais ações que contribuam para a promoção de uma educação inclusiva. Caso concorde em participar desta pesquisa, reconheça que entendeu as informações contidas neste documento e que sua participação é livre de qualquer tipo de pressão ou constrangimento

Marque todas que se aplicam.

- Aceito participar
 Não aceito participar

Formação e experiências profissionais do(a) entrevistado(a)

2. Escreva seu nome. *

3. Qual é a sua formação (Nível superior e pós-graduação)?

4. Qual cargo ocupa atualmente?

5. Há quanto tempo exerce o cargo atual?

6. Teve experiências anteriores com a educação inclusiva? Quais?

Atendimento a estudantes com deficiência auditiva no IFRS - campus Feliz

7. Atualmente, quantos estudantes com deficiência auditiva são atendidos no Ensino Médio? *

8. O Instituto Federal e/ou o NAPNE oferece(m) formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência auditiva? Se sim, por favor, informe quais ações foram promovidas em 2024 e 2025. *

9. É feita a distribuição de recursos e materiais pedagógicos adaptados para alunos com deficiência auditiva nas escolas? De que forma? *

10. Existe algum serviço de apoio especializado, como intérprete de Libras ou professores de AEE, disponíveis para as escolas? Especifique, por favor. *

11. Em sua opinião, quais são os principais avanços conquistados em sua rede no que diz respeito ao atendimento a estudantes com deficiência auditiva? *

12. Em sua visão, quais são as principais dificuldades enfrentadas para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva? *

MUITO OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!

Roberta Müller

Telefone: (51)99740-9582

E-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br

APÊNDICE 4

- Termo de consentimento livre e esclarecido

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “Estratégias docentes de Língua Portuguesa no atendimento a estudantes com deficiência auditiva do Vale do Cai”. Este projeto está vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso da instituição IFRS - Campus Feliz. Nessa pesquisa, pretendemos entrevistar docentes da área de Língua Portuguesa para conhecer estratégias que foram usadas com alunos com deficiência auditiva.

A entrevista para a qual o (a) senhor (a) está sendo convidado(a) será realizada na instituição em que o (a) senhor (a) trabalha, e deverá durar em torno de 1 (uma) hora. Para a coleta de dados, será utilizada uma entrevista com perguntas pré-estruturadas. A sua participação será gravada apenas para o uso na pesquisa, em que será parte da metodologia.

A sua participação na pesquisa pode ter riscos mínimos, como cansaço ou constrangimento diante de algumas das perguntas estruturadas. Caso seja necessário, você poderá solicitar a retirada do consentimento e exclusão da participação na pesquisa, a fim de receber o acompanhamento necessário junto ao setor de psicologia da Assistência Estudantil do IFRS - campus Feliz. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com a pesquisadora responsável pelo estudo.

A sua participação na pesquisa poderá beneficiar a formação docente, pois os dados podem auxiliar outros docentes a visualizarem estratégias para o atendimento de estudantes com deficiência auditiva, por isso, a importância da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;
- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;
- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

=====
===

Concordo em participar da pesquisa intitulada: “Estratégias docentes de Língua Portuguesa no atendimento a estudantes com deficiência auditiva do Vale do Caí”, ciente de que minha entrevista será gravada pela pesquisadora.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bom Princípio, 07 de maio de 2025.

Nome e
Assinatura do(a)
participante

Roberta Müller
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Contato do pesquisador:

Nome: Roberta Müller

Instituição: IFRS – Campus Feliz

Telefone: (51)99740-9582

e-mail: roberta.muller@aluno.feliz.ifrs.edu.br

APÊNDICE 5

- Perguntas para entrevista com docente de Língua Portuguesa

Dados gerais:

1. Na elaboração do trabalho, irei citar suas respostas, nomeando-as com um codinome. Com qual codinome você prefere ser nomeada?
2. Qual sua área de atuação em 2025? (Ex: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Superior etc.)
3. em quantas escolas e com quais turmas você trabalha atualmente?
4. Há quanto tempo você atua como professor(a) na Educação Básica?
5. Você possui formação específica para trabalhar com inclusão? (Sim/Não – Se sim, qual?)

Experiência com o estudante com deficiência auditiva:

1. Quantos estudantes com deficiência auditiva você já atendeu ao longo de sua trajetória?
2. Você teve apoio de um intérprete de Libras em sala de aula? (Sim/Não)
3. O estudante utilizava algum recurso de acessibilidade? (Aparelho auditivo, Libras, leitura labial, etc.)
4. Como você avalia a experiência de ensinar Língua Portuguesa a estudantes com deficiência auditiva?

Desafios:

1. Quais os principais desafios, na sua visão, ao lecionar para um aluno com deficiência auditiva?
2. Como você lida/lidou com esses desafios?
3. Você sente que tem/teve suporte suficiente da escola ou da equipe pedagógica? (Sim/Não – Se não, o que faltou?)
4. Você percebe/ percebeu envolvimento dos colegas de turma para promover a inclusão do estudante com deficiência auditiva? (Sim/Não – Como foi?)

Estratégias:

1. De que forma você se comunica/comunicava com o aluno com deficiência auditiva?

2. Quais estratégias você utiliza/ utilizou para facilitar o aprendizado do estudante com deficiência auditiva?
3. Há diferença entre ensinar Língua Portuguesa para alunos com deficiência auditiva e para ouvintes?
4. O que o professor pode priorizar no planejamento para estudantes com DA?
5. Em sua visão, com qual objetivo pode ocorrer o ensino de português aos com deficiência auditiva?
6. Quando leciona/ lecionou em turmas com DA, você adapta/ adaptou o conteúdo ou atividades? Como?
7. Poderia falar sobre uma prática em sala de aula que foi aplicada e teve um resultado positivo na aprendizagem da turma, incluindo-se o estudante com deficiência auditiva?
8. Você acredita que o aprendizado bilíngue - Português e Libras - ao longo da trajetória escolar pode ter impacto positivo no aprendizado dos estudante com DA?

Como professor...:

1. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a inclusão de estudantes com deficiência auditiva nas escolas?
2. O que você gostaria de aprender ou desenvolver para se sentir mais preparado(a) nesse contexto?
3. qual conselho você daria para mim, futura professora de Língua Portuguesa, no que diz respeito a estudantes de inclusão?

APÊNDICE 6

- Reescrita das entrevistas

ENTREVISTA COM THAIS

Entrevistadora: Roberta (R)

Entrevistada: Thais (T)

R: Na elaboração do trabalho, irei citar suas respostas, nomeando-as com codinome. Com qual codinome você prefere ser nomeada?

T: Thais

R: Qual a sua área de atuação em 2025?

T: Professora dos anos iniciais, turma de primeiro ano

R: Em quantas escolas e em quais turmas você trabalha atualmente?

T: Duas escolas e nas duas escolas com turmas de primeiro ano

R: Ai, que legal! Há quanto tempo você atua como professora?

T: Desde 2012.

R: E você possui uma formação específica para trabalhar com a inclusão?

T: Não. Psicopedagogia, tenho pós em psicopedagogia e algumas formações em cursos básicos. Mas nada, não sou formada em Libras, não sou formada em nenhuma área específica para trabalhar com inclusão.

R: Sobre a tua experiência com estudante com deficiência auditiva. Quantos estudantes com deficiência auditiva você já atendeu ao longo da sua trajetória?

T: Uma criança este ano.

R: Primeira vez?

T: Primeira vez.

R: Você teve o apoio de um intérprete de Libras em sala de aula?

T: Sim, estou tendo. O apoio da professora [nome da intérprete], que fica três vezes por semana em sala e acompanha, então, a aluna com deficiência.

R: E a estudante utiliza algum tipo de recurso de acessibilidade, aparelho auditivo?

T: Não, ela teve um trauma na educação infantil e ela não aceita usar. E aí ela está agora em tratamento no hospital de clínicas para tentar de novo incluir o aparelho auditivo. Então, ela só consegue mesmo se comunicar por libras e gestos.

R: E como você avalia a experiência de ensinar alfabetização a estudantes com deficiência auditiva?

T: É muito difícil pela questão da aluna não utilizar o aparelho auditivo, porque a gente nunca sabe o que ela está pensando, o que ela gostaria de dizer, porque ela não consegue se expressar e ela também não escuta. Então, a gente fica fazendo o tempo todo os gestos e até que ela também pega, né, esses gestos também é complicado. A família também está vindo para a escola na parte da tarde, no turno oposto, para estudar Libras, porque até então eles também não sabiam.

R: Que legal!

T: É, então a família vem, tem aulas com a intérprete de Libras e com a [nome da estudante com deficiência auditiva] junto, para conseguir se comunicar melhor, né, com ela. Está evoluindo de forma muito positiva, mas no início foi bem difícil.

R: Sobre os desafios, então, quais são os principais desafios na sua visão ao lecionar para um aluno com deficiência auditiva?

T: Eu acho que os maiores desafios são lidar com os colegas, né, porque é uma turma de alunos menores, né, que é o primeiro ano na escola aqui. Então, eu acho que o maior desafio é esse, eles entenderem que a aluna é diferente, que ela não vai entender. Eles muitas vezes indagam por que ela sempre é a primeira, né, na fila, porque ela fica na frente para a gente conseguir conduzir, ela onde ela é para ir, porque ela não escuta. A questão deles compreenderem que ela tem uma necessidade especial e tratarem ela de forma igualitária, né, tratarem ela bem, mas entendendo que ela precisa ter um atendimento individualizado, especializado.

R: Sim! E como você lidou com esse desafio?

T: No início, no início do ano, quando eu não tinha ajuda da intérprete, eu me senti um pouco perdida, né, justamente porque ela não me escutava, então, né, eu ficava naquela, meu Deus, como que eu vou ajudar ela, né, e aí eu comecei a estudar Libras para tentar entender, né, como funciona, porque até então eu não tinha tido essa experiência, né, muitos anos já de profe, mas não tinha tido aí nessa experiência. Então, eu tentava ao máximo fazer com que ela se sentisse incluída. E o bom é que é uma aluna muito dedicada, muito esforçada, e ela captava tudo logo, só observando. Então, ali foi tranquilo. Quando a [nome da professora de intérprete], a intérprete, veio, clareou, assim, a sala, né, porque daí ela começou a introduzir muito Libras com ela, né, e ela começou a se adaptar melhor. E eu também me sinto mais segura hoje, porque ela fica o tempo todo fazendo sinais do que eu estou falando para a turma no geral, né, então ela não está só ensinando a [nome da estudante com deficiência

auditiva], ela está ensinando todo mundo, porque eles vão ser colegas no decorrer da vida, né.

R: E como você sente que teve um suporte da escola ou da equipe pedagógica?

T: Sim, o tempo todo. A Secretaria da Educação se mostrou muito preocupada o tempo todo com a [nome da estudante com deficiência auditiva], tanto que eles foram muito atrás desse intérprete, buscaram muito essa ajuda, e foi logo, né, no início, imagina, a gente está em maio e a intérprete já está há um mês aqui conosco, né, e vieram, fizeram uma reunião comigo, apresentaram a intérprete, falaram todas as ideias que eles tinham para trazer a família para a escola, para fazer a menina de novo voltar a usar o aparelho auditivo, então ela tem todo um suporte muito, muito bom, tanto da Secretaria quanto da escola.

R: Que legal. E você percebe o envolvimento dos colegas da turma para promover a inclusão da estudante com deficiência auditiva?

T: Sim, agora a gente está elaborando um projeto, que é “Mãozinhas que Falam”, que vai ser o projeto da MIP, e aí a gente vai introduzir as duas turmas de primeiro ano, justamente pensando que essas turmas, elas vão ser misturadas aqui na escola, ao longo da vida escolar deles aqui, né, a [nome da estudante com deficiência auditiva] é uma menina que nasceu aqui, então provavelmente ela vai morar aqui a vida toda. Então a gente introduziu as duas turmas de primeiro ano em momentos semanais, junto com a Prof. de Libras, onde a gente trabalha histórias, trabalha os sinais, trabalha vídeos mostrando os sinais, né, então a [nome da estudante com deficiência auditiva], ela está muito incluída em tudo, e até as outras turmas. A [nome da intérprete], ela faz falas para todo mundo, às vezes na fila, e ensina como é bom dia, como é desculpa, como é obrigado. Então os alunos de toda a escola já conhecem a [nome da estudante com deficiência auditiva] e tentam ajudá-la de alguma forma a se sentir incluída na escola.

R: Ai, que bacana! Sobre as tuas estratégias, então, como professora, de que forma você se comunica com o aluno com deficiência auditiva?

T: Libras, fotos, porque daí a gente tem os cards que mostram, ah, quando ela quer encher a garrafinha, ela me mostra que ela quer encher a garrafinha. Quando ela tem que pegar o caderno, ela tem o card e me mostra o caderno, ela tem o alfabeto dela individual na mochila de Libras, e a gente vai tentando se comunicar em Libras também. Algumas letras ela ainda não consegue, alguns sinais ela ainda não consegue, porque é recente que as Libras também foram introduzidas na vida dela.

Ela não tinha isso antes, então é o primeiro ano que ela tem isso, assim, frequentemente e diariamente. Então, fotos, a explicação da [nome da intérprete] individual pra ela, né, então elas já têm uma comunicação diferente. Na atividade dela, normalmente, quando diz assim, pinte as vogais, tá em Libras o sinal que ela tem que pintar, tá colorido que ela tem que pintar, então é toda uma adaptação pra ela visualizar e entender. Mas, como eu disse, ela é extremamente esforçada e ela capta tudo muito rapidamente. Então, isso é muito, muito, muito positivo pra ela. Ela tem uma família muito preocupada. A mãe dela é extremamente preocupada, faz tudo com muita atenção, muito carinho, sabe? Amanhã ela não vem, ela já me avisou na terça-feira que ela não vem amanhã, porque ela tem fono em Porto Alegre. Se eu poderia deixar as atividades separadas. Então, é uma família também que dá toda uma assistência que ela precisa.

R: Que legal. E quais as estratégias você utiliza ou utilizou pra facilitar a aprendizagem da estudante?

T: Eu acho que o máximo, assim, de clareza nas atividades, sabe? Como eu falei anteriormente. Ela entender, ela pega uma atividade, uma folha, ela começa a jogar um joguinho, ela já compreende logo. Então, eu vou fazer um bingo, um bingo de letras. Eu vou mostrar as letrinhas no papel, no cardzinho, e vou mostrar as letrinhas em Libras, nos sinais. Então, ela já consegue entender e os demais também. E deles mostram pra mim os sinaizinhos em Libras. E qual foi a letra que foi sorteada ali no bingo, né? Então, eu acho que ela tendo essa facilidade, também facilita, sabe? Muito o nosso dia a dia.

R: Sim. Nossa, que trabalho bacana!

T: É. Mas, assim, me assustou.

R: Ah, sim.

T: Eu tava muito preocupada, até porque eu tenho outras demandas, né? De crianças com necessidade. São quatro com necessidade, né? Então, a [nome da estudante com deficiência auditiva] ainda é a mais tranquila de todas. Só que é aquela criança que tu tem que adaptar muito mais.

R: Sim.

T: Né? E ela é muito carinhosa, ela é muito querida, muito bem cuidada, higiene impecável. Então, isso tudo facilita também. Faz. Né? Faz toda uma diferença.

R: Com certeza. E a diferença entre ensinar na parte da alfabetização pra alunos com deficiência auditiva e para ouvintes?

T: Sim, porque a gente não consegue, eu não consigo ouvir ela lendo, né? Porque ela não fala, ela faz só uns sinais, né? Então, eu não consigo saber se ela já tá compreendendo ou não. Às vezes a gente escreve uma palavra no quadro e coloca um desenho no quadro, ela tenta escrever, mas ela não escuta o som que aquela letrinha faz. Então, ela ainda tá escrevendo letrinhas aleatórias. Ela entende o que é número, ela entende o que é letra. Mas como ela não consegue fazer o som e nem compreender o som, essa parte da consciência fonológica pra ela falta.

R: Sim.

T: Então, eu acho um desafio gigante, tremendo.

R: E o que o professor pode priorizar no planejamento pra estudantes com DA?

T: Eu acho que prioriza a criança se sentir à vontade, né? E parte da sala. Ela não pode se sentir perdida. Ela tem que entender o que a gente tá fazendo naquele momento. E já aconteceu dela não se sentir. Dela se sentir perdida. E eu vejo no semblante dela que ela tá toda perdida, que ela não tá entendendo. E aí eu tento ao máximo trazer ela pra que ela consiga compreender o que tá sendo trabalhado, sabe? Porque, às vezes, não é fácil pra ela também. Então, às vezes, fica muito atenta ao que os colegas do lado estão fazendo. Daí a Pro ju chama ela, né? [nome da estudante com deficiência auditiva], vem cá, né? Faça sinais pra que ela entenda o que tá acontecendo no momento. Mas não é muito fácil, não.

R: Em sua visão, com qual objetivo pode ocorrer o ensino no caso aqui é de português, mas da alfabetização com a deficiência auditiva?

[Professora entrevistada levanta e vai fechar a porta para evitar o barulho das turmas voltando para as salas]

T: Fala de novo, essa última.

R: Com qual objetivo pode ocorrer o ensino da alfabetização com a deficiência auditiva?

T: Qual o objetivo da alfabetização pra eles?

R: [confirma positivo com a cabeça]

T: Eu acho que o objetivo principal é fazer com que ela se sinta incluída, fazer com que ela entenda que ela tenha essa preparação pra vida, que ela vá conseguir se comunicar depois, quando ela não tiver mais a presença da mãe, sempre junto com ela, né? No decorrer da vida dela, que ela consiga se comunicar de alguma forma, porque até então ela não conseguia, ainda não consegue 100% se comunicar. E entender quando ela for num lugar, poder dizer o que eu quero, o que eu preciso,

poder ler os lugares que ela tá, poder ler as placas, poder ler formulários. Eu acho que esse é o objetivo principal, pra que ela se sinta feliz também, né?

R: E quando leciona com turmas que tenham alunas com deficiência auditiva, você adapta a atividade, o conteúdo?

T: Sim, é necessário adaptar, até porque eu preciso estar preparada pra que ela também entenda. Então, eu tô sempre gesticulando, fazendo sinais, pra que ela também entenda, né?

R: Poderia falar uma prática em sala de aula que foi aplicada e teve um resultado positivo na aprendizagem da turma, incluindo a estudante?

T: Jogos. Porque ela se sente muito bem quando ela interage com os colegas. Então, quando a gente vai jogar um jogo, e ela tem essa... E ela consegue mostrar pro colega que ela entende o jogo e que ela também pode jogar esse jogo, deixa ela muito realizada. Então, ela fica muito feliz. Quando a gente vai brincar com um torre inteligente, ela sabe o que ela tem que fazer, ela sabe o que ela tem que esperar o tempo. A gente joga muito o jogo Achei, que é um jogo que tu tem que colocar cartinhas na mesa e tem que achar a figura que tá na tua cartinha e afigura que tá na mesa. E ela mostra, ela consegue, ela entende quando ela não ganha, e na maioria das vezes ela ganha, porque ela é muito rápida. Então, eu acho que os jogos, os jogos, assim, são fundamentais, quase que diariamente, pra ela se sentir parte da turma, pra ela se sentir feliz, né? A autoestima dela fica lá em cima. Tô vendo o semblante, ela fica rindo o tempo todo e deixa ela realizada em estar na escola, em estar em sala de aula. E ela é uma criança que ama brincar. Então, o brincar aprendendo, o lúdico pra ela é fundamental.

R: Que legal! E tu acredita que a aprendizagem bilíngue, tanto de português quanto de Libras, ao longo da trajetória escolar, pode ter impacto positivo na aprendizagem?

T: Com certeza. Eu acho que a gente deveria ter isso incluso desde eles pequenininhos, mesmo não tendo alunos que tenham essa deficiência auditiva. Eu acho muito importante a gente ter o alfabeto de Libras, né? Mostrar pras crianças o sinal, como é o bom dia, como é o boa tarde. Eu acho muito importante.

R: Como professora, na tua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a inclusão de estudantes com deficiência auditiva nas escolas?

T: Eu acho que mais formações ligadas, né? Interligadas com esse tema. Porque, eu vou dar o exemplo, o meu exemplo, né? Eu já sou professora desde 2012 e eu não tive ainda nenhuma formação no município que eu trabalho ou no outro município, né?

Em ambos, sobre Libras. Então, eu acho que a gente não tem que esperar ter um aluno com necessidade. A gente tem que estar preparado todo ano com a inclusão. Não só para alunos com deficiência auditiva, com todo tipo de deficiência. A gente, às vezes, acaba tendo muita formação, digamos, só para a área do autismo, que é uma área muito importante também. Só que eu acho que a gente deveria ter formações em todas essas áreas de crianças especiais. Para lidar com crianças com TOD, tu sabe, né?

R: [concorda com a cabeça]

T: Que a gente tinha muitas no ano passado. Para lidar com crianças com TEA. Então, eu acho muito importante a gente ter esse preparo. Não só quando chega a criança com deficiência auditiva. Porque eu acho que facilitaria muito a nossa prática em sala de aula.

R: Com certeza.

T: Né?

R: O que você gostaria de aprender ou desenvolver para se sentir mais preparada?

T: Eu acho que agora eu já busquei, né? Estou fazendo um curso de Libras. Porque eu não me senti preparada no início do ano quando a [nome da estudante com deficiência auditiva] chegou e eu estava sozinha. Eu não tinha ninguém para me auxiliar. Quando falaram, tu vai ser prof dessa aluna e ela tem deficiência de... Eu me senti muito perdida, sabe? Daí eu já comecei a pesquisar como eu poderia fazer. Enfim, depois quando eu conheci ela, a gente criou um vínculo, né? Mas eu acho que a formação, continuar da formação, tu buscar essa formação é fundamental.

R: A última, então. Qual conselho você dá para mim, futura professora de língua portuguesa, no que diz respeito à educação de inclusão?

T: Nunca parar de te preparar para quando chegar esse desafio, né? Quando chegar o desafio de tu ter alunos de inclusão, né? Que precisem das Libras. Não te deixa assim... Como se diz? Não relaxa, né? Segue estudando e segue te preparando porque eu acho que esses desafios, eles vão ser cada vez mais frequentes. Então, tu ter essa formação, tu estar te preparando todos os anos, tu entender, tu conseguir te comunicar em Libras, eu acho que vai ser fundamental. Porque um dia, quem sabe, essa menina vai ser tua aluna, né?

R: Quem sabe?!

T: Né!

R: E é uma grande possibilidade.

T: É, porque a gente já sabe o quanto está difícil achar professor, né? E o quanto é difícil tu achar professores de letras, né? Português. Imagina Libras. Então, eu acho que ali tu te preparando todo ano, tu buscando se especializar todo ano é muito importante.

R: [concorda com cabeça] então tá, Thaís. Muito obrigada!

T: Imagina. Foi uma honra, Roberta.

ENTREVISTA COM MARIA

Entrevistadora: Roberta (R)

Entrevistada: Maria (M)

R: Então tá, na elaboração do trabalho, então, eu vou citar as tuas respostas, mas eu preciso que tu me diga um codinome. Qual codinome tu prefere ser nomeado?

M: Mas essa pergunta vem assim, Maria.

R: Maria, tá bom. Segunda pergunta então, qual a sua área de atuação em 2025?

M: Língua portuguesa, literatura e língua espanhola.

R: Ensino Médio?

M: Ensino Médio.

R: Em quantas escolas e quais turmas você trabalha atualmente?

M: Eu trabalho somente aqui no Instituto Federal e trabalho com turmas de terceiros anos, duas turmas de terceiros anos com língua portuguesa e literatura. Duas turmas de quartos anos com portuguesa e literatura. Uma turma de terceiro ano com língua espanhola. E três turmas de quarto ano com língua espanhola.

R: Há quanto tempo você atua como professor na área, na educação básica?

M: Vinte... Vinte e seis, eu acho. Vinte e seis anos.

R: Há de mil novecentos e tanto.

M: Eu comecei em noventa e um, eu acho. Noventa e um, eu acho que foi minha primeira turma. Porque eu saí do magistério e aí já fui trabalhar. É!

R: E você possui uma formação específica pra trabalhar com a inclusão?

M: Formação, tem esses cursos que a gente faz, né?

R: Sim.

M: Pelo Moodle, eu fiz alguns. Alguns que tinha na instituição, eu não fiz. Porque sempre tô carregada de aulas e carregada de projetos. Acabo não fazendo, minha culpa. Mas é só esses que tem na instituição e que eu consigo fazer. Na época da pandemia, eu fiz alguns de inclusão.

R: Ah, sobre a tua experiência com estudante com deficiência auditiva. Quantos estudantes com deficiência auditiva tu já atendeu ao longo da tua trajetória?

M: Que eu lembre três. Uma, quando eu atuava no Ensino Médio de uma escola estadual na cidade de Não me toque. Isso foi no ano de 2006. Ela tinha um implante coclear, então ela ouvia algumas coisas e lia, né, com alguma dificuldade. Tinha uma certa compreensão, mas ela não sabia Libras, não usava Libras. Nem ela e nem a gente na escola, ninguém. Mas a gente adaptava as atividades pra ela. E depois, aqui

no instituto, faz, eu acho que uns três anos, que aí a gente teve também duas estudantes na mesma situação daquela lá de 2006. Também duas estudantes com implante coclear, que não usavam a Libras e que se comunicavam com a linguagem oralizada nossa. E elas também oralizavam as palavras, liam, enfim, era esse modo.

R: Essas foram as mais recentes?

M: Isso. Os três casos.

R: E tu teve algum tipo de apoio com o intérprete de Libras?

M: É que elas não sabiam.

R: [concorda com a cabeça] como não sabiam.

M: Daí não tinha porquê, né? Mas a gente tinha que, na escola, nos primeiros tempos, a gente tinha um apoio do NAPNE pra acompanhar a estudante em sala de aula. Mas a menina não aceitava esse acompanhamento. Ela rejeitava o acompanhamento porque ela não... A gente percebia que ela não se via como uma deficiente auditiva. E aí ela não aceitava.

R: Sim. Então, o estudante utilizava algum tipo de recurso de acessibilidade, como tu comentou, que elas tinham o aparelho.

M: Isso. Isso.

R: E como tu avalia essa experiência de ensinar língua portuguesa a estudantes com deficiência auditiva?

M: É que são casos bem diferentes. Mesmo adaptando pra uma e pra outra, e as duas, sim, aparentemente com o mesmo tipo de problema e com a mesma forma de comunicação, uma, a gente notava que aceitava a sua condição, e talvez esse fato de aceitar a condição fazia com que ela buscasse formas de se incluir na nossa normalidade. E aí ela não tinha tanta dificuldade quanto aquela outra que não aceitava. Porque eu notava que uma delas, inclusive elas eram amigas, entraram, estavam juntas em uma das turmas na instituição. E uma ajudava a outra. Aí uma delas tinha assim, lia, falava, mas assim, quando a gente falava, então a gente falava de frente pra ela, pausadamente, e ela compreendia, ela respondia tudo que a gente perguntava e coerentemente entendendo tudo. Inclusive nas provas, ela fazia as mesmas provas que as outras. As leituras, ela compartilhava do mesmo modo. A língua espanhola mesmo, porque é bem diferente e ela conseguia acompanhar. A outra menina que tinha mais dificuldade, que é aquela que eu te disse que não aceitava a monitoria, aquela era bem mais complicada. Aquela, eu imagino que não era só uma questão auditiva. Porque era muito difícil dela reter a informação. Então,

praticamente aqui a gente começou a alfabetizá-la. Então, por exemplo, ela tinha um atendimento todo diferenciado. Se a turma estava aprendendo análise sintática, por exemplo, eu trabalhava com ela, primeiro, a morfologia. Daí, explicava tudo, a gente trabalhava muito com visual, com aspectos bem próximos àquela questão do significante e do significado, sabe? A gente tentava mostrar pra ela esses elementos, mas aí na outra semana ela já não lembrava de nada. Ela não lembrava. Daí, a gente voltava lá pro caderno, pegava pra ela olhar. Aí, sim, ah, tá. Tá. Aí, lá na outra semana, ela já não lembrava mais. Então, não sei se é falta de estímulo, desde criança, que uma teve e ela não teve ou se era alguma questão cognitiva também. E como, pelo que o trabalho do NAPNE fez junto à família, nunca houve essa aceitação da deficiência, talvez isso tenha contribuído pra que ela não avançasse, né? Na questão da aprendizagem. Então, ela ficava, assim, num nível muito, muito, muito básico. Não conseguiu. Tanto é que ela não, ela saiu, né? Esse ano, ela deveria estar aqui, cursando o quarto ano, novamente. E evadiu. Porque ela já, tipo, a turma dela já se formou. A turma que ela entrou, já se formou há três anos. Daí, ela, claro, ela foi se sentindo muito mal, né? E daí, essa companheira dela, que era também surda, saiu. E daí, ela achou que também não dava mais.

R: Desistiu.

M: Desistiu.

R: Sobre a parte dos desafios, então. Quais são os principais desafios na tua visão ao lecionar para um aluno com deficiência auditiva?

M: A paciência, sabe? Porque tu tá voltando a alfabetizar. Entendeu?

R: [concorda com a cabeça]

M: No caso desse caso mais difícil que a gente teve. Então, é voltar a alfabetizar. E daí, tu tá dando aula pra Ensino Médio, aqui no IF, que é aquela correria, que é aquela pegada, assim, muito puxada. E aí, ela tá alfabetizando. Ela tá sendo alfabetizada. E aí, tu tem que parar tudo que tu tá acostumada a fazer e começar lá do zero. Ensinar tudo no passo a passo, né? E aí, isso pra mim foi um grande desafio. Até eu compreender isso e fazê-la entender que ela precisava começar lá do início. Foi o mais difícil. Sabe?

R: Imagino. Como tu lidou com esse tipo de desafio?

M: Ah, eu tinha que buscar, então, materiais pra dar conta disso, né? Buscar materiais pra adaptar. Tentar, enfim, buscar apoio lá no NAPNE. Muitas vezes fui lá, conversei pra me ajudar também a ter forças pra isso, entende? Porque, daí, acaba que eu tava

me sentindo muito impotente. Porque eu não tava ajudando ela no nível que ela está. Ela está no Ensino Médio. Ela é uma aluna de Ensino Médio. Ela vai ser uma técnica em determinado curso. E eu não tava fazendo a diferença na vida dela. Então, isso, pra mim, era muito, muito triste. Na pandemia, então, assim, eu desligava a câmera e chorava. Porque tu imagina tu dar aula pra uma menina com deficiência auditiva, uma aula online. Sabe? Que ela só me vê e ela nem ligava a câmera. Então, era uma tristeza muito grande, tanto pra mim quanto pra ela, sabe? Então, eu tinha que escrever no chat. Porque daí ela lia. Ela compreendia se eu escrevia. Agora, imagina que sentido tem eu dar aula pra ela online escrevendo no chat. Então, isso foi muito tempo, né? Durante a pandemia que a gente fez isso. Então, foi bem, bem triste, assim, sabe? Essa experiência foi dolorosa. Mas, ao mesmo tempo, tinha outra experiência. Então, era ela e a outra que tava andando junto com a turma que ia, né? Então, querendo ou não, a gente acaba comparando. Mas a gente não deve. Mas a gente comparava porque era muito parecida a situação de uma e outra. Mas a vivência de uma não era a vivência da outra. Deve, ali que esta a diferença.

R: Nossa, que dor. Pesado.

M: É. É bem triste, assim. Eu passei. E ela também deve ter sofrido bastante. Mas eu lembro, assim, de um dia, assim, que o [nome do marido da entrevistada] subiu. E eu, porque o escritório dele é na parte de baixo. E eu tava chorando. Eu disse, mas o que aconteceu? E daí eu dizia, pô, o que que eu tô fazendo aqui com essa menina? Eu não tô ajudando ela, sabe? E aí, isso é muito triste. Porque tu tá ali pra ajudar. E aí, tu não tá fazendo nada. E eu notava que aquilo deixava ela mais angustiada. Porque eu trabalhei um texto simples, simples. Eu lembro como se fosse hoje. Era um texto bem simples. Um conto era simples, pequenininho. E daí, na outra aula, eu fui retomada. Eu perguntava. Ela não sabia nada. Ela não lembrava nada do que a gente tinha visto na outra aula. Que era uma leitura de um conto simples. E eu comecei a perguntar. Ela não lembrava. Por isso que eu acho que tinha alguma coisa cognitiva também. Né? Eu não sei exatamente esses processos, como é que se dá, né? Da captação do sim, do processar. Mas, enfim.

R: Sim. E tu percebeu o envolvimento dos colegas, de forma geral, da turma. Que promoveram uma inclusão dessa adolescente, então, na turma?

M: Não foi muito bom a experiência também que ela teve. Nas primeiras duas turmas, né? Porque ela entrou numa turma. Daí foi na época da pandemia. Daí, tipo, ficaram

isolados. Então, não teve inclusão. No segundo ano, ela já caiu na outra turma. Porque ela já reprovou.

R: Sim.

M: Né? Ela já caiu numa outra turma. E daí, aquela outra turma... Aí, ela foi começando. Então, ela também não foi incluída. Porque daí foi a segunda... Naterceira turma, que já não era mais pandemia, é que ela teve algum tipo de contato. Só que daí, o que que acontece? Aquela terceira turma foi indo. E ela ficando. Então, ela fazia algumas disciplinas só com aquela turma. E aí, na maioria das disciplinas, ela não fazia com aquela turma. Então, ela se sentia muito bem ali. Mas, ao mesmo tempo, ela ia... Acho que ela fazia matemática e não me lembro. Mas, uma ou duas cadeiras só com aquela turma. E as outras, não. Então, aquela que ela realmente era acolhida, porque tinha outra menina também deficiente auditiva, ela se sentia bem. Mas, fora dali, não. Por isso que era bem difícil, eu acho, pra ela. Ela se sentia um peixe fora d'água. Literalmente.

R: E tu comentou antes que tinha a ajuda do NAPNE também, que tem aqui. Tu sente que foi... Que teve um suporte suficiente? Quando tu foi lá perguntar, sempre teve um apoio muito bom?

M: Sempre. Sempre teve. Sempre procurando ajudar, conversar, buscar estratégias, sabe? E o diálogo com a família sempre foi muito importante, né? Porque a gente tinha aulas em horário... Eu lembro que, às vezes, eu tinha aula de noite com ela. Aí, a mãe vinha... Por que eu tinha aula de noite com ela? Não lembro. Mas eu lembro que a mãe vinha pra aula da noite, e trazia material pra ela. Agora, eu não lembro por quê. Não sei. Agora, eu não consigo lembrar. A mãe vinha, trazia coisas pra ela, né? Lanche, coisas assim. Então, e o NAPNE sempre em diálogo, porque nem sempre a família aceitava, sabe? As sugestões que o NAPNE dava pra levar pra determinado profissional, pra avaliar outros. Enfim. Mas sempre teve o apoio.

R: Depois, a gente vai partir, então, pra parte da estratégia. Aí, eu te pergunto. De que forma você se comunicava com o aluno com deficiência auditiva? Então, só a questão do olhar e...

M: Isso aí.

R: ...Leitura labial, basicamente

M: Isso aí. E aí, quadro. Usava muito quadro. E teve uma época que eu usei muito computador pra ela. Pra ela, por exemplo, assim, a gente falou na semana passada, falamos muito sobre... Pensa, a palavra natureza. Apalavra natureza não fazia sentido

pra ela. Daí, tu explicava o que era natureza hoje, explicava, demonstrava, imagens. Daí, eu usava muito computador pra ela. O NAPNE me cedeu um computador. Aí, a gente buscava muito, assim, quando eu falava uma palavra um pouco mais abstrata, que ela não... Daí, a gente procurava as imagens. Ela olhava. Então, a gente tinha esses recursos, assim, que auxiliavam, né, naquele momento. Bem, naquele momento, a compreensão acontecia, porque ela tinha esse auxílio. Mas, quando saía dali, já depois, já...

R: Eu esqueci

M: Exato.

[entrevistada pede uma pausa para verificar a impressora pois estava imprimindo provas]

R: Então, quais as estratégias tu utilizava pra facilitar o aprendizado da estudante com deficiência auditiva?

M: Então, as atividades eram todas adaptadas ao nível que ela se encontrava, né? Porque, como ela não estava no mesmo nível da turma, a gente adaptava tanto o conteúdo quanto o exercício, a avaliação. E o auxílio do notebook era importante na hora de... dela fazer a associação do significante com o significado, né? Então, era bem importante esse material de apoio. Bastante estratégia, assim, de... Por exemplo, texto em quadrinhos, né? Então, a turma dela estava lendo Carolina Maria de Jesus, o diário, assim, em texto, né? Pra ela, eu comprei o Carolina... O quarto de despejo em quadrinhos. Então, ela lia aquela mesma história da turma, mas em quadrinhos. Então, a gente buscava formas de adaptar. A gente fazia de tudo, assim, possível que estava ao nosso alcance. O material que eu comprei do meio é o dinheiro. Mas, claro, é um investimento importante pra mim também, mas pra facilitar a aprendizagem dela, né? E aí, ela também fazia o seu diário. Então, eu procurava colocar atividades condizentes com a faixa de aprendizagem que ela se encontrava. O nível de aprendizagem que ela se encontrava.

R: Sim. E tu acredita que há diferença entre ensinar língua portuguesa pra aluno com deficiência auditiva e pra ouvintes?

M: Aí, eu acho que é. A partir da experiência que eu tive, é diferente. Eu não posso exigir que ela escreva do mesmo modo que um aluno, um ouvinte escreve. Porque pra ela, as preposições, os conectivos, não existem. E aí, eu não posso exigir que ela escreva do mesmo modo. Então, eu explicava pra ela que existiam aqueles termos, né? A preposição, a conjunção, que facilitam, né? A organização do texto. Mostrava

pra ela. Agente fazia junto no quadro, né? Quando ela, por exemplo, fazia as suas frases, os seus parágrafos no caderno dela. Aí, eu corrigia, eu voltava pro quadro e explicava que era daquela forma. Até porque ela é se dizia ouvinte, né? Mas ela não era. Não é, né? Porque ela não escuta. Mas o texto dela é diferente. O texto dela é diferente e eu aceitava daquela forma. E não considerava errado pra ela, né? Porque é o modo como ela manifestava a linguagem.

R: E o que o professor pode priorizar no planejamento pra estudantes com auditiva?

M: O que ele deve priorizar?

R: Ele pode priorizar?

M: Eu acredito que a questão da linguagem visual deve ser o que... Eu penso que, pela vivência que eu tive, o visual é muito importante, né? Estabelecer essa comunicação entre o visual e a parte... Fugiu a palavra agora. Verbal e não verbal, né?

R: E em sua visão, com qual objetivo pode ocorrer o ensino de português com a deficiência auditiva?

M: Pode repetir?

R: Em sua visão, com qual objetivo pode ocorrer o ensino de português com esses estudantes?

M: O objetivo é a comunicação. Eu penso a comunicação e daí depende de qual é o objetivo de cada um, né? Porque se o objetivo dele é... No caso dessa estudante, ela trabalhava no comércio. Então, eu focava em auxiliá-la nesta comunicação. E, claro, ajudava também nas questões do Ensino Técnico aqui do curso que ela... Eu não vou falar o curso que é pra não expor a estudante, né? Mas do curso que ela estava inserida. Então, termos... Como é que a gente chama? Aspectos teóricos que ela precisava, né? Eu tentava focar nisso.

R: Quando tu lecionou com a turma que tinha a estudante com deficiência auditiva. Tu comentou antes que tu, então, adaptava o conteúdo e as atividades. Isso até por conta do livro também foi um exemplo. Show. Poderia falar sobre alguma prática que tu fez em sala de aula que foi aplicada e que teve um resultado positivo de aprendizagem na turma, incluindo a estudante?

M: É que ela ficou... Na parte da língua portuguesa, que ela fez junto com a turma, eu não cheguei a trabalhar. Quando eu trabalhei com ela, ela tinha aula separada comigo. Não, peraí. Teve uma... Não, no incincho ela ficou junto com a turma, assim, quando era no terceiro ano. Acho que foi um trimestre. E aí, o que que acontecia? Eu fazia as

atividades e aí tinha uma monitora junto. Era na época que a monitora ficava junto. E aí ela, tipo, refugava a monitora. Ela não queria. E eu super entendo. Tu imagina, ela se considerava ouvinte. E aí, de repente, alguém do teu lado, aí pra te ajudar, pra te orientar. Ela dava um jeito de repelir a monitora. E aí ela não conseguia desenvolver as atividades. Por isso que a gente pensou que, de repente, fora dali, fora da turma... Não sei se foi a melhor estratégia. Acho que não foi. Não sei. Que isso poderia ajudar. Mas não sei. Aí, o que que aconteceu? Quando ela saiu dali, daí então... No caso, aquela turma tava trabalhando a Carolina Marie no livro. Daí que eu comprei outro. Mas era só eu e ela. Não era junto com a turma, mas.. Aquela vez, junto com a turma, de atividades que ela realmente tivesse se incluído... Olha, não me vem, assim, na cabeça uma experiência legal. Porque eu lembro que teve uma época que eles... Daí ela tava junto, eles estavam lendo Triste Fim de Policarpo Quaresma, por exemplo. E aí, com ela, eu coloquei também um texto em quadrinhos. Ela leu um texto em quadrinhos e ainda viu um vídeo que tava, assim, como se fosse uma... Uma minissérie, digamos assim, que tinha legendas. Mas não compreendia. Sem a explicação, sem a mediação, sem ali junto, ela não conseguia compreender. Porque é o sentido só... Não fazia sentido pra ela. Tá, garrafa. Tá, garrafa, ela sabe que serve pra tomar água. Mas quando é algo abstrato... E aí, a literatura é tudo abstrato. Então, era muito complicado. Bem difícil mesmo.

R: E tu acredita que a aprendizagem bilíngue de português e Libras ao longo da trajetória escolar pode ter impacto positivo na aprendizagem dos estudantes com deficiência auditiva?

M: Agora, eu me lembrei de uma aluna que eu tive com Libras. Quando tu me fez essa pergunta, eu lembrei de uma menina. Eu não sei se não entrou na turma da [nome de uma estudante do IFRS]. Foi na Letras. Mas ela ficou um semestre. Aí, nós tínhamos intérprete de Libras. Ela ficou... E aí, o que a gente fazia? E aí, era super tranquilo. Ela tinha o intérprete. Daí, eu entregava o material teórico. Porque era na Letras, né? O material teórico pra intérprete. A intérprete se preparava, enfim. E daí, no dia da aula, a intérprete tinha condições de ir mediando. E ali, as provas a gente fazia bem diferente pra ela. Na época, tinha um professor aqui, o professor [nome do professor de Libras]. Que era excelente, professor de Libras. E aí, ele orientava a gente, sabe? A como elaborar uma prova diferente pra ela. E dava super certo. A menina escrevia, compreendia. Mas essa era alfabetizada em Libras. Então, totalmente diferente dos outros casos. Totalmente diferente. É bem tranquilo.

R: São casos e casos, né?

M: Casos e casos, exatamente. Tu vê, eu tive quatro casos, então, que essa eu tinha esquecido, porque foi só um semestre. E cada uma era diferente. Tu vê, três com o mesmo tipo de problema, digamos assim, né? Não letradas em Libras, não alfabetizadas em Libras, como transplante coclear. E cada uma diferente. E esse é o outro caso que tinha a intérprete.

R: Como professora, as três últimas, então. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a inclusão de estudantes com deficiência auditiva nas escolas?

M: Eu penso que é algo tópico, né? Mas, para que eles sejam realmente incluídos, né? Eles deveriam, obviamente, saber Libras e nós também. Professores também. E, em contrapartida, os estudantes também, né? Porque se a gente vai... Como é que eu vou falar? Eu me comunico em Libras, mas eu teria que estar me comunicando com todos. Ao mesmo tempo, eu não posso oralizar para uns e falar em Libras para elas. Porque daí também não é inclusão. Então, a gente vive num mundo utópico, né, que todos nós deveríamos... Se tem um aluno com Libras, todos nós deveríamos usar as Libras. Mas é a utopia. Então, nem eu sei. Os alunos, talvez até alunos saibam e eu não, né? Então, é uma vergonha reconhecer isso. Me sinto envergonhada de dizer que eu não sei. Eu fiz um curso básico, básico, básico. Na época que eu tinha a estudante. Mas, daí, depois que eu descobri que ela não sabia Libras. Então, de nada adiantava. Mas, eu acho que deveria ser isso, sabe? Bom, não temos esse mundo utópico. Pelo menos, turmas menores, sabe? Digamos, tem estudante menores que é para a gente poder dar um atendimento mais individualizado. Ela estando, a pessoa, né? Estando na sala com os demais colegas. Porque retirar da sala, eu acho que não foi uma experiência boa, né? Para essa inclusão. E, enfim. É isso.

R: E, tu gostaria de aprender ou desenvolver para se sentir mais preparada nesse contexto?

M: Sim

R: Porque tu acabou de responder na pergunta anterior.

M: Sim.

R: A falta que faz.

M: A falta que faz.

R: E, por fim, eu te peço um conselho. Como futura professora de língua portuguesa, no que diz respeito a um estudante de inclusão?

M: Desse tipo de inclusão?

R: Isso.

M: No caso de inclusão de alunos, auditiva?

R: Eu quero um conselho para mim, como futura professora. Qual o conselho tu daria sobre essa parte da inclusão?

M: Eu acho bem importante saber a história da estudante. Saber a história. Se teve... Se teve... Como é que eu vou dizer? Se ela sabe Libras, se ela não sabe. Por que que sabe? Por que que não sabe? Porque isso é bem importante para a gente compreender. Se ela se aceita, sim. Se ela não se aceita, né? Porque daí é um modo também como tu vai agir com ela. Sabe? E... Porque exige mais paciência, mais dedicação. Porque a criança não tem culpa. Né? Ela só quer ser normal. Ela só quer ser normal. E aí ela está num mundo que não aceita o anormal. Então isso é muito triste. Né? E aí a gente tem que se apoiar também naquelas pessoas que são capacitadas para isso. Que nem nós aqui, no caso, temos o NAPNE. Nas outras instituições eu não sei quem é que dá esse suporte para o professor.

R: Sim.

M: Tem que ter, o professor tem que ter essa ajuda, sabe? De dar suporte, inclusive físico, sabe? Ah, que nem eu tinha. Ah, pega um notebook para ela, né? Compre um livro diferente para ela, né? Precisa ter essa ajuda. Porque senão tu vai simplesmente ter ali alguém que tu acolhe, mas tu não inclui. Né? Porque, claro, eles precisam ser acolhidos, ok. Mas eles precisam ser incluídos. E a inclusão é muito mais complexa do que estar na sala de aula junto com os colegas.

R: Muito obrigada, Dona Maria.